



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 29 - Nº 558 - DE 14 A 28 DE JANEIRO DE 2018 - R\$ 4,00

**O imperialismo pressiona  
o governo e congresso  
para aprovar a  
Reforma da Previdência**

**Organizar a luta desde já!**

**Não à condenação de Lula!**

**Pelo direito de se candidatar!  
Somente a classe operária  
pode julgar o ex-presidente!**

**Argentina:**

**Macri impôs a reforma da previdência  
com as botas dos militares**

## Organizar a luta desde já

O ano terminou com a implantação da reforma trabalhista. Não se conhece um ataque mais amplo e profundo a antigas conquistas da classe operária. O princípio do acordado sobre o legislado liquidou a CLT. Proteções mínimas à superexploração da força de trabalho foram removidas. A extensão da terceirização para as “atividades fins” completa a ruptura de uma relação de trabalho que esteve na base histórica do capitalismo, que se assenta no fundamento econômico em que o próprio explorador contrata seus explorados e se responsabiliza por ele perante uma legislação trabalhista. Tais alterações retrocedem às formas selvagens de exploração da força de trabalho.

A necessidade da burguesia em aumentar a taxa de exploração decorre da lei da acumulação de capital. Nas condições de crise econômica mundial, os capitalistas se veem obrigados a eliminar concessões do passado e a retroceder a forma de relação trabalhista alcançada.

Não por acaso, a reforma trabalhista – e as demais reformas – não surge de necessidades internas ao País. Origina-se das potências que se deparam com a impossibilidade de desenvolver globalmente as forças produtivas e que se veem diante da queda da taxa média de lucro. Não somente o Brasil se colocou por implantar uma mudança tão violenta. A classe operária em nosso país e no mundo está diante da tarefa de resistir, de combater e de derrotar tão brutal ofensiva da burguesia nacional e do imperialismo.

O ano concluiu também com o adiamento da reforma da previdência. Temer espera conseguir reunir os votos necessários em fevereiro. O capital financeiro é o mais interessado. Exige que se trabalhe mais tempo e se contribua por mais tempo. A economia que trarão as mudanças na previdência servirá para sustentar o parasitismo da dívida pública. A equação é esta: trabalhar e contribuir mais e os portadores de títulos da dívida pública ganhar mais e com maior segurança. Caso o governo reúna condições para aprovar a reforma da previdência, a desmobilização e a desorganização dos explorados será seu grande auxiliar.

O ano se iniciou com um novo salário mínimo. O reajuste estipulado pelo governo Temer foi de 1,81%. De R\$ 937,00, passará a R\$ 954,00. Escandalosa a provocação! Violento ataque à vida dos pobres e miseráveis! Vergonhosa expropriação salarial. O mísero reajuste esteve abaixo

da inflação. Milhões sobrevivem com um salário mínimo. Foi bom para os capitalistas. Foi bom para o governo. Em especial, ajudou o governo e o capital financeiro. A maioria dos aposentados recebe um salário mínimo. Quanta economia fará o governo! Quanto recurso sobrar para pagar os juros da dívida pública! Segundo os cálculos do Dieese, o salário mínimo deveria ser de R\$ 3.731,00, em dezembro passado. Está aí por que a pobreza e a miséria são amplas e profundas. Está aí por que a concentração de riqueza em poder da ultraminoria é bárbara!

A reforma trabalhista, a reforma da previdência, a reforma do ensino médio e o mais baixo reajuste do salário mínimo desde 1999, de conjunto, expressam a política econômica e social do governo golpista. Mas não para por aí. Temer retomou o plano de privatizações que marcou a administração de Fernando Henrique Cardoso. A primeira medida foi a de entregar o pré-sal às petroleiras e avançar a privatização da Petrobras. O leilão das usinas da Cemig é apenas o começo da entrega de todo sistema elétrico ao capital internacional. O governo teve de recuar na desestatização da Renca, devido à oposição de militares. Mas é questão de tempo para se efetivar a entrega.

Foi necessário um golpe de Estado e constituição de um governo completamente colocado acima da maioria nacional oprimida. Está claro que, se o governo Temer não completar o seu programa de reformas e de desnacionalização, o próximo terá de dar continuidade. A economia dificilmente terá como dar um salto à frente compensando os anos de recessão e impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas.

Neste ano, as forças burguesas se dedicarão a concluir o mandato de Temer e a assegurar o continuísmo. Recorrerão aos explorados para arrastá-los para as eleições presidenciais. Temos pela frente, portanto, a tarefa de organizar a luta da classe operária contra as reformas, pelo emprego e pelo salário mínimo vital, bem como denunciar o eleitoralismo e de trabalhar pela independência política dos explorados. A greve geral de 28 de abril do ano passado é o marco de onde a vanguarda deve combater pela reorganização da frente única de combate. É necessário manter firme a propaganda entre as massas pela revolução social e pela estratégia própria de poder do proletariado, o governo operário e camponês.

***(...) se o governo Temer não completar o seu programa de reformas e de desnacionalização, o próximo terá de dar continuidade.  
(...) Recorrerão aos explorados para arrastá-los para as eleições presidenciais. Temos pela frente, portanto, a tarefa de organizar a luta da classe operária contra as reformas, pelo emprego e pelo salário mínimo vital, bem como denunciar o eleitoralismo e de trabalhar pela independência política dos explorados.***

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Perspectivas da economia brasileira em 2018

O governo Temer e a imprensa burguesa têm divulgado números positivos da economia, com a promessa de que o Brasil ingressou numa fase de crescimento econômico, ainda que lento e limitado. Os dados apresentados são o crescimento do PIB em menos de um por cento, aumento da produção industrial e consumo, crescimento da arrecadação de impostos, baixa nos juros e na inflação, aumento do superávit na balança comercial.

O crescimento vegetativo do PIB não repõe nem parte significativa do que a recessão de três anos na economia destruiu. Esse crescimento vegetativo, tomado como valor absoluto, oculta que na sua composição estão a safra agrícola recorde, o aumento do preço das commodities no comércio exterior e o significativo aumento das exportações de veículos. Desses elementos, a safra agrícola não tem como se repetir em 2018, já que o plantio para a próxima safra foi 8% menor. Isso sem contar com as intempéries, que podem reduzir ainda mais a próxima colheita. O crescimento na produção automotiva ainda recupera perdas do passado, pouco avançou no mercado interno e a expectativa das montadoras, caso tudo dê certo, é de recuperar a produção de 2014 somente em 2025. Outros elementos importantes para avaliar a possibilidade de crescimento da economia são os investimentos previstos. A maior empresa do país, a Petrobras, vai manter o nível de investimentos na faixa dos R\$ 75 bilhões anuais. Em comparação, investia até 2014 na faixa dos R\$ 210 bilhões a R\$ 230 bilhões anuais. O principal setor da economia dos maiores estados do país sofrerá com a preservação da baixa nos investimentos da estatal, propagando esse resultado em toda cadeia produtiva. O governo federal anunciou cortes de R\$ 15 bilhões em investimentos para 2018. O enfraquecimento do investimento público repercutirá principalmente na execução de obras.

O consumo cresceu, especialmente nos produtos mais essenciais e de bens duráveis, principalmente por conta da liberação do FGTS, pagamento do 13º salário no final do ano, liberação de crédito mais barato (a Selic caiu a 7% anual), aliado à queda dos preços de produtos alimentícios básicos, como feijão e arroz. Esse crescimento, em torno de 5%, não repõe nem metade dos 15% de queda acumulados nos dois anos anteriores. A queda de preços de mercadorias como feijão, arroz, etc. se deu depois de altas de até 300%. Os sucessivos reajustes nos preços de derivados do petróleo (gás de cozinha, gasolina), energia elétrica, remédios, e alta em reajustes anuais, como planos de saúde, fazem com que a inflação sentida seja bem maior que os menos de 3% anunciados pelo governo. E tendem a pressionar os demais preços para cima.

A baixa de preços também teve contribuição da desvalorização dos imóveis por conta da recessão. A queda média de 17% só em 2017 dos preços de casas e apartamentos refratou numa baixa dos preços dos aluguéis e reajustes. As pressões recessivas gerais na economia destruíram parte do valor dos imóveis. Sem uma alta significativa geral, nada indica que a queda de preços será superada.

O crescimento da arrecadação de impostos registrado em 2017 poderia indicar um início de superação da crise, se refletisse de fato um aumento geral da produção de valor. Mas essa arrecadação embute valores arrecadados em várias privatizações. Descontados esses ingressos, o resultado é negativo, o que reflete ainda tendências recessivas.

A indústria foi o setor que mais cresceu em 2017. Depois de três anos de retrações profundas, registra um aumento significativo da produção. E não apenas na produção automotiva, que tem suas raízes no crescimento do comércio exterior, mas na produção de máquinas e equipamentos. Todavia, está muito longe de recuperar os níveis produtivos anteriores. Empresários reclamam da desindustrialização do país. Se a indústria já alcançou índice de 27% do PIB, hoje amarga 11%, um retrocesso de 59 anos. O que aponta para um maior atraso relativo do país em relação às potências capitalistas.

A taxa de juros (Selic) caiu a 7% anual. O banco central, que chegou a elevá-la a 14,5%, sob pressão da deflação de preços e da burguesia industrial e agrícola, que reivindica apoio à produção, reduziu circunstancialmente a lucratividade dos bancos e do parasitismo sobre a dívida pública. O crédito mais barato teve repercussão sobre o aumento do consumo. Mas ainda há altíssima taxa de inadimplência, e o endividamento atual da população é um freio para compras futuras.

A balança comercial brasileira bateu um novo recorde. Além da alta nas exportações, impulsionadas pelo crescimento do comércio mundial e alta do dólar, houve aumento das importações, que expressam um aumento de investimento (depois de 36 meses negativos) e de consumo. As importações saíram de uma longa curva de retração/estagnação. As previsões são de que esse superávit não se repita no futuro.

As dificuldades do Brasil em superar a recessão não decorreram das administrações governamentais anteriores, nem decorrem da atual. São manifestações da crise mundial capitalista, deflagrada em 2008 e persistente, com oscilações, até hoje. Atitudes governamentais podem aprofundar ou amenizar as tendências gerais da economia, mas não podem detê-las. As principais medidas do governo Temer, de estabelecer um teto de gastos públicos e destruir direitos trabalhistas, além da pretendida reforma da previdência, atuam como mecanismos de aprofundamento das tendências recessivas. Medidas paliativas, como aumento do financiamento do Minha Casa Minha Vida, liberação do PIS/PASEP e outras não têm efeito de conjunto na economia, apenas circunstanciais.

Os explorados devem se preparar para enfrentar a dura situação a que o governo leva o país. Uma economia praticamente estagnada, com empregos restritos e precários, salários reduzidos e jornadas aumentadas, praticamente eliminação do direito à aposentadoria e restrição àquelas que forem concedidas. Somente a luta nacional de massa, a retomada do caminho da greve geral, poderá impor a derrota aos capitalistas e seu governo, e defender os explorados dos ataques que despejam o custo da crise capitalista sobre as massas.

## Importante mudança no governo Temer

Desde o dia 15 de dezembro de 2017, o Estado conta com uma nova política de segurança nacional. Nesta data, foi publicado o decreto que estabelece uma “Estratégia Nacional de Inteligência” (Enint). O general responsável Sérgio Westphalen Etchegoyen publicou um artigo, na condição de Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, chamando a atenção para pouca repercussão nos meios de comunicação. Destaca dois pontos: 1) *“dotar a atividade de inteligência de um marco normativo moderno que a compatibilize plenamente com as exigências do Estado Democrático de Direito”*; 2) *“dotar o tomador de decisão, de forma precisa e oportuna, de tantos elementos quanto possível do fato ostensivo ao dado negado, para a concepção e implementação de políticas públicas que atendam, efetivamente, ao interesse nacional”*. No primeiro caso, o ministro Etchegoyen diz que a decisão do governo de adotar uma “Estratégia Nacional vem coroar um esforço iniciado ainda em 1999”. Refere-se ao momento em que se criou o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Tais órgãos garantem informações internas e externas ao governo e, assim, à segurança do Estado. No segundo, a nova política de inteligência resolve uma lacuna constituindo “um sistema de inteligência estruturado

***(...) o general Etchegoyen promoveu uma centralização dos órgãos de segurança que até então lhe pareciam desconectados e dispersos. Espera-se, portanto, uma rígida hierarquização dos agentes que realizam a atividade de inteligência.***

à altura das exigências do País”. É por meio de um sistema que os órgãos de segurança não apenas servirão ao governo como influenciarão em sua política. Na avaliação do ministro Etchegoyen, as alterações promovidas por Temer *“foi mais do que um aperfeiçoamento gradual: com a Política Nacional de Inteligência e, agora, com a Estratégia Nacional de Inteligência e com os planos de inteligência que dela derivarão, o Brasil passa a ter a mão, efetivamente, um sistema de inteligência de Estado (...)”*.

Como se vê, a essência das mudanças está em que a atividade de inteligência assumirá um caráter orgânico. Em outras palavras, o general Etchegoyen promoveu uma centralização dos órgãos de segurança que até então lhe pareciam desconectados e dispersos. Espera-se, portanto, uma rígida hierarquização dos agentes que realizam a atividade de inteligência. Lembremos de que houve manifestações entre os agentes de segurança apreensivos com a perda de autonomia. Tudo indica que as alterações de Temer resultarão em maior centralização. Embora contenha aspectos de informações externas, a função primordial da “Estratégia Nacional para a Atividade de Inteligência” se volta a intervir na luta de classes interna.

O sistema de informação é próprio do Estado burguês. Serve de instrumento da repressão policial e do combate ideológico à luta revolucionária do proletariado. Entre outras funções, essa é a fundamental. Na verdade, é isto que tratou de explicar o ministro do governo golpista. A tendência é de o Estado aperfeiçoar, aparelhar e ampliar o serviço de inteligência.

Em vários momentos da história política da República, se

projetou a questão da estratégia nacional de inteligência. O golpe de 1964 criou o Sistema Nacional de Inteligência (SNI), em junho desse mesmo ano. A tática de infiltração policial em todas as esferas da política ganhou dimensão extraordinária. O SNI se destacou, precisamente, por sua vasta ação interna, comandada diretamente pelos militares. Não é preciso descrever as múltiplas atividades de infiltração, de delação e de perseguição às lideranças do movimento operário, camponês, popular e às correntes de esquerda. Foi fundamental para a manutenção da ditadura militar, que enfrentou a ferro e fogo uma resistência armada ainda que extremamente débil.

A ditadura militar cedeu passagem à “democratização” em 1985. No entanto, o SNI foi extinto depois de cinco anos (1990), quando conclui a transição do governo Sarney e Collor foi eleito. Evidentemente, a extinção em boa parte cumpriu formalidade. Uma vez que os agentes do SNI foram transferidos para a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Em 1999, portanto nove anos depois, Fernando Henrique Cardoso instituiu a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O governo de Lula não alterou sua função e seu funcionamento. Aperfeiçoou, criando o Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República (Geo-PR). Assim,

formou-se um megabanco de dados, que acabou mapeando os movimentos sociais. Dilma Rousseff, pelo visto, procurou disciplinar a ação dos órgãos de segurança. Extinguiu o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e colocou a Abin subordi-

nada ao Ministério de Gestão Civil.

Uma das primeiras medidas do governo Temer foi a de recriar o GSI e colocar a Abin sob sua direção. A Estratégia Nacional de Inteligência (Enint) atendeu às exigências dos militares. A reforma do sistema nacional de segurança de Temer, como se vê, é parte do conjunto de reformas antinacionais e antipopulares. As condições de crise e desintegração do capitalismo vêm impulsionando as tendências ditatoriais da política burguesa.

Esse recente acontecimento traz uma importante lição: o movimento pelo fim da ditadura e pela democratização, sob a direção da burguesia, não pôde, nem teve o objetivo de desmontar o serviço de segurança estruturado no regime militar. O PT, que tinha e tem em seu programa a “democratização do Estado”, se curvou diante do aparato de segurança. Dilma procurou dar uma feição civil para os serviços de inteligência. O que não mudou a essência de sua função. O golpe de Estado e instituição de um governo de ditadura civil simplesmente varreu as mudanças de Dilma e recolocou o serviço de inteligência sob o comando dos militares. Somente a classe operária em sua luta contra a burguesia e seu Estado tem interesse e pode levantar a bandeira de desmantelamento de todo aparato repressivo. O avanço de suas lutas pelas reivindicações mais elementares se depara com a brutal intervenção do Estado. É imprescindível a construção do partido revolucionário. Somente a organização independente dos explorados tem como reagir e enfrentar o braço armado da burguesia, do qual faz parte o sistema de inteligência.

# Exército transformado em força policial

O comandante do exército, general Eduardo Villas Bôas, se mostrou apreensivo com o fato das Forças Armadas serem ostensivamente enviadas para fazer papel de polícia. Há uma guerra com o narcotráfico. Esse parece ser o principal motivo da constante requisição dos militares, por meio da GLO- Garantia da Lei e da Ordem. No entanto, não é menor a importância da intervenção das Forças Armadas nas rebeliões dos presídios e nas greves da polícia. Estaria dentro do preceito constitucional que regulamenta o papel das Forças Armadas prestarem segurança a grandes eventos, como foi o caso das Olimpíadas, bem como encontros de chefes de Estado. Admitem-se até mesmo intervenções esporádicas em grandes conflitos em que a polícia não dê conta. A separação entre a função das Forças Armadas de segurança do País diante de outros países e da função policial diante de choques internos é formal.

Forças Armadas e Polícia constituem um todo que serve de braço armado de defesa da propriedade privada dos meios de produção, do Estado burguês e, portanto, dos interesses gerais da burguesia. As definições legais que separam as duas forças de Estado (Forças Armadas e Polícia), porém, são necessárias, uma vez que de fato há uma função diferenciada e consequentemente um preparo sistemático especializado. Os militares não se formam no combate à criminalidade, como a polícia não se forma para a defesa nacional contra possíveis inimigos estrangeiros.

O que permite que as Forças Armadas sejam requisitadas a fazer o papel de polícia? Eis os aspectos: 1) a desintegração social atingiu tamanha profundidade, que tornou a polícia incapaz de cumprir inteiramente sua função; 2) os choques diários nos grandes centros urbanos e a capacidade de resposta armada do narcotráfico comparecem como uma questão de segurança nacional; 3) os estados falidos financeiramente e profundamente corrompidos por governos venais vêm perdendo o potencial de sustentar com altos recursos o papel parasitário da polícia (a própria polícia está carcomida); 4) A União se vê na contingência de socorrer os entes federados que se desintegram.

Neste exato momento, os militares intervêm no Rio Grande do Norte para suprir a segurança pública desguarnecida pela greve da polícia. O estado está falido. Passou a atrasar os salários dos policiais. Lembramos a presença do exército na passada greve de Vitória em que Temer aproveitou para mostrar capacidade de intervenção militar. O mesmo se passou na greve policial do Rio de Janeiro. Fatos que evidenciaram as limitações da Força Nacional de Segurança Pública, criada no governo de Lula. No próprio Rio Grande do Norte, faz pouco tempo que a rebelião nas penitenciárias e o seu descontrole levaram o governo do estado a pedir a intervenção das Forças Armadas. A ação dos soldados no interior das penitenciárias chamou a atenção sobre a falência da polícia militar. Também, em Goiânia, neste momento, a rebelião no presídio já deixou nove mortos. Por sorte, o governo do estado não necessitou da presença do exército.

A crise social é estrutural no Brasil. Em outras palavras, expressa o alto desemprego, o subemprego e os baixos salários. Temer acaba de fixar o novo salário mínimo em R\$ 954,00. Um reajuste de 1,81%, equivalente a míseros R\$ 17,00. Milhões sobrevivem com um a menos de um salário mínimo. Segundo os cálculos do Dieese, em abril, o salário mínimo necessário para sustentar uma família seria de R\$ 3.899,66. A ultracomação de riqueza em poder da burguesia e da alta classe média, de um lado, e a ampla pobreza e miséria que esmagam a maioria explorada, de outro, explicam a crise social estrutural. A tendência é de agravamento. O governo petista se vangloriou de reduzir a miséria por meio de programas sociais. Não foi longe com a hipocrisia sobre distribuição de renda e inclusão social.

Neste final de ano, o IBGE publicou "O retrato da realidade social do país". Os dados são estarrecedores. Evidenciam a violenta polarização entre riqueza concentrada e miséria alastrada. Uma das conclusões é a de que dos 94,6 milhões que vivem nos

centros urbanos, 72 milhões sobrevivem em condições precárias. Encontram-se nos bairros operários, favelas e cortiços. Aí estão os desempregados, subempregados e famílias que vivem com menos de um a um salário mínimo. Carecem de moradia minimamente decente, de saneamento, de saúde e de educação. Nos bairros ricos, moram apenas 1,77 milhão. Lá estão as mansões, a fartura, o desperdício e o luxo. Eis o retrato da barbárie social. É parte dele não só a extrema miséria, como também a extrema abundância.

A provocação de Temer com o reajuste de R\$ 17,00 no salário mínimo de fome diz

tudo. No entanto, há muito mais. A reforma trabalhista que está sendo implantada impulsionará o subemprego e, portanto, a informalidade. Imporá uma carga insuportável de trabalho para a maioria, que assim despenderá mais energia ganhando menos. Essa é a via dos capitalistas protegerem seus lucros nas condições de desintegração da economia mundial e nacional. O que resulta em maior concentração de riqueza e maior expansão da pobreza.

Espera-se a reforma da previdência que, se Temer não conseguir aprovar, o próximo governo a aprovará. Por que a burguesia se empenha tanto em aumentar o tempo de trabalho e de contribuição para obter a aposentadoria, acabar com a aposentadoria integral do funcionalismo e igualar homens e mulheres? Para sustentar a gigantesca dívida pública e despender rios de dinheiro com o pagamento dos juros. Os dispêndios com o parasitismo é fabuloso para um país de economia relativamente atrasada. A necessidade de a burguesia gastar cada vez mais com o aparato de segurança agiganta ainda mais o parasitismo.

Nestas condições, avulta o narcotráfico, como expressão econômica do capitalismo em decomposição. E potencia a necessidade dos explorados se defenderem da barbárie. A burguesia e seu governo, inevitavelmente, têm de recorrer às Forças Armadas. É nessas condições que tende a se apagar a distinção formal de guardiães da defesa nacional e guardiães do Estado burguês contra as massas.

*(...) os estados falidos financeiramente e profundamente corrompidos por governos venais vêm perdendo o potencial de sustentar com altos recursos o papel parasitário da polícia (a própria polícia está carcomida); (...) A União se vê na contingência de socorrer os entes federados que se desintegram.*

## Rondônia / **A SANHA DOS FAZENDEIROS DÁ SUMIÇO A TRÊS CAMPONESES SEM TERRA, NO INTERIOR DO AMAZONAS**

A luta dos camponeses pobres pela posse da terra, como meio de sobrevivência na região Norte do país, resultou em mais três vítimas da violência no campo. Desta vez, trata-se dos líderes sem-terra Flávio Lima de Souza, ex-brigadista do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), Marinalva de Souza, vice-presidente da associação de moradores da zona rural, e Jairo Feitosa Pereira, morador da região. Foram vistos pela última vez no dia 14 de dezembro, quando se encontravam fotografando parte da área da União, ocupada por duzentas famílias de camponeses, no município de Canutama, no estado do Amazonas, divisa com Rondônia, próximo a Humaitá.

Essa região é conhecida por ser uma área de conflito por posse de terra, onde existem alguns grupos de fazendeiros em disputa pela terra denominada de Assentamento Araras. Esses camponeses, que ocupam essa área de terra da União, vêm travando combate judicial contra fazendeiros pela posse definitiva



do terreno. Esses companheiros estavam cumprindo deliberações indicadas pelo INCRA para finalizar os processos de posse da terra.

Segundo uma moradora do assentamento, “eles entraram lá para tirarem fotos que foram solicitadas para ser entregues ao INCRA, conforme ação que está correndo na Justiça, em que foi ganha a causa para a gente que está na área. Nessa ida, eles foram para tirar as fotos e acabaram sumindo”.

O Assentamento Araras pertence ao (INCRA) como terra da União, destinada à Reforma Agrária. Os camponeses conquistaram essa terra. Agora, têm a terra regada pelo sangue dos líderes desaparecidos, certamente apanhados em emboscadas armadas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) relata que um deles havia sido ameaçado de morte. A Polícia Civil do Amazonas divulgou fotos dos suspeitos pelo sumiço dos camponeses. Tudo indica que os responsáveis sejam o fazendeiro Antônio Mijoler Garcia Filho e o caseiro Rinaldo da Silva Mota.

Os camponeses sem-terra da região Norte há muito vêm sendo vítimas de assassinatos e desaparecimentos. Os latifundiários e madeireiros têm suas milícias armadas para exterminar os camponeses pobres. A resposta só pode ser a organização e a luta coletiva de camponeses, operários e demais explorados. Basta de assassinatos e desaparecimentos! Que o governo e a polícia entreguem com vida Flávio Lima de Souza, Marinalva de Souza e Jairo Feitosa Pereira.

## **Está em andamento o objetivo de encerrar a Operação Lava Jato**

O diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, estabeleceu o prazo de conclusão das investigações da Operação Lava Jato até o final de 2018. Reforçou o Grupo de Inquérito (GINQ), que contará agora com 56 agentes. Pretende-se concluir as 273 investigações de políticos com foro privilegiado, sendo 124 da alçada da Operação Lava Jato até agosto, quando se inicia a campanha eleitoral. O sentido aparente é o de evitar que as denúncias de corrupção influenciem o pleito eleitoral. O sentido em sua essência é de pôr um ponto final na Lava Jato, reduzindo a possibilidade de novas crises.

As investigações extrapolaram o PT, bem como algumas figuras de outros partidos, e se ampliaram, atingindo as principais lideranças do PMDB, PSDB e DEM. A delação da JBS acabou sendo mais comprometedora do que as da Odebrecht ao expor publicamente a podridão em que está metido Temer e toda cúpula do PMDB. Ao atingir Aécio Neves, a ação da Lava Jato golpeou um dos principais homens do PSDB, que se destacou por quase ter derrotado Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Esse acontecimento potencializou a crise política, que estava em desenvolvimento, tendo por indutor as revelações de Marcelo Odebrecht.

O vazamento da delação de Joesley Batista, divulgado em primeira mão pelo jornal O Globo, expôs a continuidade dos choques das forças que compõem o Estado. Esse acontecimento foi decisivo para colocar à luz do dia as duas tendências em conflito em torno de avançar ou recuar a Operação Lava Jato. Observamos, inclusive, uma cisão na imprensa monopolista. A vitória de Temer na Câmara de Deputados contra a denúncia do Ministério Público, conduzida por Rodrigo Janot, não se limitou apenas à preservação do mandato, mas também a uma ofensiva do governo em disciplinar a Operação Lava Jato. A campanha de desmoralização de Rodrigo Janot e, por extensão, da cúpula do Ministério Público, demarcou o declínio da Operação Lava Jato. O escândalo da mala de dinheiro recebida por Rocha Loures e as caixas com milhões de reais encontradas no apartamento da família de Geddel Vieira, por si só, seriam motivos para pôr abaixo o governo de Temer. Volta e meia, parece que será utilizada na luta interna dos aparatos institucionais, mas logo refluí. O que quer dizer que a disputa interna continua viva, mas sob intensa pressão da quadrilha governamental.

A projeção do ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, imbuído da tarefa de limitar o alcance político do Ministé-

rio Público e da Polícia Federal, demonstra uma ação coordenada do governo para desmontar a Operação Lava Jato ou então neutralizá-la como fator da crise política. A restrição ao uso da condução coercitiva foi considerada pelos procuradores como uma medida de enfraquecimento da Operação Lava Jato. A conclusão das delações do empresário da Odebrecht e a sua colocação em regime de prisão aberta resultou em um importante passo para a desaceleração das investigações. A fase de soltura de grandes implicados na corrupção da Petrobrás, por si só, corresponde às limitações que passaram a ter a própria Lava Jato, que em troca das delações assegurava a liberdade aos ladrões do Tesouro público. A discussão em torno das bondades do Ministério Público oferecidas a Joesley Batista pela Procuradoria-Geral serviu à defesa de Temer. A decisão do Supremo Tribunal Federal, que atribuiu ao Congresso Nacional o poder de não aprovar o afastamento de parlamentares processados pela mais alta Corte, foi considerada um golpe na Operação Lava Jato pelos procuradores. Essa decisão beneficiou claramente o bandido Aécio Neves. O que parecia uma ação coordenada e harmoniosa entre os poderes se transformou em uma batalha. A discussão em torno das delações premiadas, quem poderia investigar e quem poderia condenar pôs à tona o agravamento da desarmonia institucional. Gilmar Mendes tomou a frente da tarefa de subordinar o Ministério Público ao STF. A ideia é a seguinte: os procuradores e os delegados da Polícia Federal devem retornar aos seus lugares de sempre.

A Lava Jato alcançou tal dimensão investigativa nas entranhas do Estado e ganhou enorme projeção pública, que passou a ter grande influência política. Acumulou um enorme capital político, tendo em suas mãos a vida de parlamentares, governos e partidos, por um lado. E penetrou nos segredos contábeis e nas atividades econômicas de poderosas empresas, de outro. Para o governo, essa capacidade não deve pesar tanto ao ponto de determinar o curso da política. Em outras palavras, não pode ser o fator de tamanhas crises, que possibilitem a queda de um presidente da República. Caso o Ministério Público e a Polícia Federal não tivessem o grau de autonomia alcançado, não teriam tanta capacidade de armar um cerco contra o governo que nasceu do golpe de Estado.

O agravamento do conflito institucional verificado no último período, principalmente diante da delação de JBS, fortaleceu as posições governamentais centralizadoras. Temer indicou Raquel Dogde para suceder Janot. Depois de crise ministerial, colocou no Ministério da Justiça um homem talhado para a tarefa de centralização. O mesmo se passou na diretoria-geral da Polícia Federal, colocando à sua frente Fernando Segovia e incentivou Gilmar Mendes a se destacar como homem de governo no STF. Essa tríade tomou as rédeas da tarefa de desacelerar a Operação Lava Jato, reduzir ao máximo seu alcance e estabelecer um ponto final.

Medidas anteriores já haviam sido tomadas para dispersar os grupos de investigação, concentrados em Curitiba. O corte de verbas e a remoção dos agentes inteiramente voltados para as investigações foram um dos primeiros sinais de intervenção de Temer na Polícia Federal. Os procuradores imediatamente reconheceram

que a Operação Lava Jato corria o risco de perder força.

O acordo da Petrobras, nos Estados Unidos, em indenizar os investidores por supostos prejuízos com a fábula de 2,95 bilhões de dólares, também faz parte da ação manejada pelo Planalto de concluir a Lava Jato. Os parasitas sempre tiveram altos lucros e não perderam sequer um dólar. A mesma ação corre no Brasil, mas não tem o poder de pressão dos poderosos investidores norte-americanos. A mudança na lei de exploração do petróleo, os leilões realizados e a garantia do capital imperialista de usar as riquezas nacionais a seu favor aquietaram as petroleiras. A Petrobras perdeu terreno e perderá ainda mais. As grandes empreiteiras se viram tolhidas e terão de se adaptar à nova situação pós Lava Jato.

Tudo indica, embora a crise política não esteja totalmente debelada, que o governo e as forças que o sustentam conseguirão concluir a transição e se organizarem para impor o continuísmo. Reduzida a capacidade da Lava Jato de criar situações da envergadura da denúncia da JBS, novos embates que por ventura venham a ocorrer nesse terreno não terão a categoria de terremoto. O fato de a economia ter saído da recessão está sendo muito bem utilizado por Temer e o Congresso Nacional golpista para alertar as forças burguesas e a burocracia do Estado sobre o perigo de interromper o andamento das reformas antinacionais e antipopulares.

A política revolucionária, encarnada pelo POR, evidenciou desde o primeiro mo-

mento que a Lava Jato não passava de um instrumento da luta interburguesa pelo controle do Estado e pela defesa de interesses econômicos de setores do grande capital, principalmente do capital financeiro. Mostrou o quanto foi importante e decisivo o cerco montado em torno do governo Dilma e do PT para levar a termo o impeachment. No seu devido momento, o POR denunciou a Lava Jato por montar uma fraude processual contra os petistas e que agora está prestes a concluir com o julgamento de Lula. Também analisamos os motivos que permitiram as investigações atingirem a camarilha do PMDB e PSDB, principalmente, uma vez que a Polícia Federal e os procuradores reuniram uma massa de informações comprometedoras.

É nesse sentido que o POR explicou o caráter oligárquico da democracia burguesa e os conflitos entre os poderes que foram se agravando conforme avançava a crise política. Empenhou-se em explicar aos explorados que a corrupção é inerente ao Estado burguês e que nenhum tribunal iria golpear as quadrilhas burguesas que comandam a política. Em resposta, o partido levantou a bandeira “Por um Tribunal Popular” para julgar os crimes da burguesia. Somente por meio da luta de classes e da organização independente da classe operária é possível expor à toda população que a podridão da política burguesa é um reflexo da economia capitalista e de sua decomposição. Tratava-se de denunciar a delinquência e a imoralidade dos partidos da ordem e revelar a podridão do Congresso Nacional, como meio para convocar os explorados a defenderem seus empregos e salários. O objetivo da luta é o de destruir o poder da burguesia por meio da revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês. Esse combate permanece em pé.

***O agravamento do conflito institucional verificado no último período, principalmente diante da delação de JBS, fortaleceu as posições governamentais centralizadoras. Temer indicou Raquel Dogde para suceder Janot. Depois de crise ministerial, colocou no Ministério da Justiça um homem talhado para a tarefa de centralização. O mesmo se passou na diretoria-geral da Polícia Federal (...)***

# **Não à condenação de Lula pela Justiça burguesa**

## **Somente a classe operária pode julgar o ex-presidente da República**

Espera-se a confirmação ou negação da sentença ditada pelo juiz da Lava Jato, Sérgio Moro. No dia 24 de janeiro, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), de segunda instância, emitirá a sentença definitiva. Lula foi condenado a nove anos e seis meses de prisão. A maior probabilidade é a do ex-presidente receber uma condenação. Todos os partidos da burguesia, principalmente o PSDB, PMDB e DEM, contam com essa decisão. Assim, Lula passa de ficha limpa a ficha suja, não podendo concorrer às eleições de 2018. Como possui 30% das intenções de voto, será um alívio para os golpistas. Não contarão com o caudilho do PT – o único candidato capaz de embaralhar o fim da transição do governo Temer e ameaçar o continuísmo.

Sem Lula, sem um PT competitivo, as disputas e as brigas de cocheira ficarão mais livres e contidas aos quadros do PMDB, PSDB e DEM. Como se vê, o TRF-4 não fará um simples julgamento, mas, acima de tudo, decidirá o futuro das eleições presidenciais. É um cristalino julgamento político com ares de prosaico, de justiça e de igualdade dos cidadãos brasileiros perante a Lei.

Os inimigos políticos de Lula, que trabalham por sua condenação, dizem que não se trata de cassar o direito do “líder popular”, ou melhor, “populista”, de se candidatar. “Numa democracia”, esse direito é assegurado a qualquer cidadão. *“O que está em jogo na atual conjuntura é a questão institucional da maior relevância: o império da lei e, em particular, das regras da disputa eleitoral que estabelecem, em defesa da legitimidade dos mandatos populares, restrições a políticos com ‘ficha suja’.”*

A corrupção no seio da política burguesa é tão ampla e profunda que essa mesma política estabeleceu a lei eleitoral da “ficha suja”. Exatamente por isso as instituições e as autoridades que a aplicam não estão isentas da orientação política dominante no momento. As Operação Lava Jato, investigações, julgamentos, sentenças e prisões não têm feito senão demonstrar o quanto seletiva é a aplicação da lei.

Os maiores delinquentes da política burguesa estão na presidência da República e no Congresso Nacional. Ainda são recentes, na memória do País, as denúncias concretas de Joesley Batista, da JBS, contra Michel Temer. A absolvição desse criminoso pela Câmara de Deputados está tão presente na situação política quanto a condenação de Lula. Isso sem que o juiz Moro tivesse apresentado provas materiais. Reivindicar a instituição “ficha limpa” para justificar a condenação de Lula é o máximo de cinismo.

O fato das delações premiadas não serem acompanhadas de provas não significa que Lula não tenha se corrompido na política burguesa. Mas condená-lo sem as devidas provas e manter Temer livre, quando a população viu e ouviu as provas

objetivas, apresentadas pelo empresário da JBS, é a indicação do predomínio da arbitrariedade. As malas de Rocha Loures e as caixas de dinheiro de Geddel Vieira Lima escandalizaram o Brasil e nada aconteceu com Temer, diretamente associado a tais figuras do crime político.

A noção burguesa de corrupção na política é completamente distinta da noção proletária. Lula não precisava colocar um só real no bolso para ser considerado um corrupto do ponto de vista da política da classe operária. Basta o fato de sair da condição de um simples operário metalúrgico, objetivando a carreira parlamentar e a presidência da República, para governar de acordo com os interesses da classe burguesa, para que se tenha se corrompido.

A publicação da famosa Carta ao Povo Brasileiro de Lula, que na verdade foi dirigida aos banqueiros, industriais, agroindustriais, latifundiários e ao imperialismo, resultou de sua escalada na política burguesa. O fato de passar de um reles assalariado para um político colocado a soldo do aparato capitalista, por si só, basta para os operários com consciência de classe condená-lo por corrupção. O que para a burguesia é natural e auspicioso, para a classe operária é uma traição partindo de um operário. É preciso fazer essa consideração, uma vez que a defesa de Lula contra a sua condenação não significa absolvê-lo da condição de um político operário que serviu a burguesia.

Evidentemente, há um vínculo entre a sua condenação e a sua exclusão como candidato às eleições de 2018. Outros petistas foram condenados e presos no processo do mensalão e agora do petrolão, entre eles, dirigentes, como José Dirceu e José Genoino. Igualmente, nos colocamos contra. Ambos foram condenados sem prova. O Supremo Tribunal Federal se baseou no subjetivo critério do “domínio do fato”. Há uma clara diferenciação entre os processos contra o PT e contra os demais partidos da burguesia. É exemplar, nesse sentido, o recente caso de Roberto Jefferson, presidente do PTB, que foi o pivô do escândalo do mensalão. Esse homem está livre, colocou sua filha no ministério do Trabalho e serve de instrumento de apoio ao governo golpista. É vergonhosa, por sua vez, a decisão do Supremo Tribunal e do Senado de manter Aécio Neves em liberdade. Esses são apenas alguns casos.

Esse tipo de corrupção é de ordem política, portanto, de classe. Sua solução também será de ordem política. Nenhuma lei, nenhum tribunal da burguesia poderá agir com justiça, uma vez que estão sob o império da política burguesa. A esquerda que defende a condenação de Lula em nome da luta contra a corrupção se comporta quixotesicamente. Não há bandeira mais estúpida que a da “Prisão a Todos”. Qualquer ilusão nas possibilidades de justa condenação de Lula e dos



petistas é reacionária. Serve aos interesses políticos dos partidos da burguesia.

O PSDB, PMDB, DEM e toda corja de aliados, que conduziram ao golpe de Estado, cassando o voto daqueles que elegeram Dilma Rousseff, querem e trabalham para que o TRF-4 condene Lula e o elimine das eleições. Antigos democratas da política burguesa, que se opuseram à ditadura militar e, inclusive, foram perseguidos, como é o caso de Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Aloysio Nunes, estão pela condenação de Lula. Fernando Henrique Cardoso acha que “não seria bom para o país”, mas não se opõe. Não explica porque “não seria bom para o país”. Ocorre que a exclusão de Lula das eleições caracterizará o pleito como antidemocrático. Evidenciará, ainda mais, as tendências autoritárias da burguesia que se manifestaram na forma do golpe de Estado e instituição de uma ditadura civil.

Há setores da política burguesa que estiveram com o golpe, mas se preocupam com a imagem do Brasil no exterior. No entanto, não podem se colocar contra a condenação e ter uma resposta política a ela, uma vez que ainda estão presos ao golpe e temerosos do que possa acontecer nas eleições presidenciais, com Lula tendo à frente 30% das intenções de voto. O golpe de Estado não objetivou apenas derrubar o governo de Dilma Rousseff, mas inviabilizar o PT como adversário capaz de recuperar a presidência da República. A volta do PT ao poder representará não apenas uma derrota eleitoral dos golpistas, mas principalmente um julgamento do golpe de Estado. Mesmo que a situação econômica esteja dando sinais de reanimamento, os fundamentos da crise permanecem. As profundas reformas antinacionais e antipopulares não podem ser alteradas ou retardadas.

A burguesia, guiada pelo grande capital, exige continuidade. Temem que a volta do PT implique alterações, mesmo que não atinjam o continuísmo. Está aí por que Lula declarou que não pretende fazer nenhuma mudança radical no que já está feito. O que importa, porém, é que a burguesia se baseia nas experiências governamentais e, assim, não está disposta a correr qualquer risco. A presença de Lula nas eleições obrigará o governo Temer e os partidos de sua base a encontrarem uma via de unidade capaz de utilizar o gigantesco aparato eleitoral. Uma fragmentação estaria a favor da vitória de Lula. Ao contrário, Lula fora das eleições permite que as disputas interburguesas corram mais livremente e não seja necessária uma unidade forçada. Como se vê, essa contradição no seio da política burguesa pesará enormemente na decisão do dia 24. Está aí por que a maior probabilidade é a de Lula ser condenado.

Somente a análise e a compreensão de tal contradição têm como demonstrar não apenas que se trata de um julgamento político, como também um julgamento que influi decisivamente nas eleições presidenciais. A condenação de Lula determina a priori o continuísmo das forças golpistas no Estado. Eis por que as eleições com Lula condenado serão antidemocráticas. O conteúdo antidemocrático das eleições com Lula condenado

consiste em que foi amputada uma força política capaz de derrotar os partidos que deram o golpe de Estado.

O PT, CUT, MST e outras organizações lançaram uma campanha sob a bandeira “Eleições sem Lula é fraude”. Trata-se de uma resposta puramente eleitoral. Faz um apelo estritamente moral. Há de fato uma fraude, que consiste nas manobras realizadas no aparato do Estado, tendo à frente a Operação Lava Jato e seu condutor Sérgio Moro, para condenar Lula, ainda que sem provas. A fraude é tão somente um meio para o governo golpista concluir sua transição com eleições antidemocráticas e com a garantia de que o curso das reformas antinacionais e antipopulares continuará vigente. A bandeira correta é a de que a condenação de Lula é arbitrária e as eleições sem Lula são antidemocráticas. O que implica, se tudo correr nesse sentido, convocar as massas a rechaçarem as eleições antidemocráticas e promoverem um amplo movimento de boicote.

***O POR se coloca pela não condenação de Lula e por um Tribunal Popular para julgar os crimes políticos da burguesia, o que inclui o PT e Lula. Diante do julgamento do dia 24 de janeiro, defendemos junto aos operários, camponeses e à juventude a bandeira de Não à condenação de Lula! E explicamos que essa defesa não significa apoiar a candidatura de Lula. Defendemos o direito de Lula ser candidato, o que não quer dizer e não se confunde com o apoio à candidatura de Lula.***

O POR se coloca pela não condenação de Lula e por um Tribunal Popular para julgar os crimes políticos da burguesia, o que inclui o PT e Lula. Diante do julgamento do dia 24 de janeiro, defendemos junto aos operários, camponeses e à juventude a bandeira de Não à condenação de Lula! E explicamos que essa defesa não significa apoiar a candidatura de Lula. Defendemos o direito de Lula ser candidato, o que não quer dizer e não se confunde com o apoio à candidatura de Lula.

As eleições são o campo da política burguesa. O campo da política proletária é o da ação direta (greves, manifestações, bloqueios, insurreição). A luta no campo eleitoral só tem sentido se estiver presente um partido revolucionário que desenvolva os métodos de luta do proletariado e garanta a sua independência de classe. Lula e o PT expressam a política de conciliação de classes, portanto, de subordinação dos explorados à política burguesa, à democracia burguesa e ao Estado burguês. Assinalamos essa posição marxista de princípio para evidenciar ao máximo possível a distinção entre a defesa do direito de Lula concorrer às eleições da defesa da candidatura de Lula. Reafirmamos, com todas as letras, que somente a classe operária pode julgar Lula.

***Não à condenação de Lula!  
Pelo direito do ex-presidente concorrer às eleições!  
Eleições sem o direito de Lula concorrer são eleições antidemocráticas!***

10 de janeiro de 2017

## Para que serviu o VI Congresso do PSOL?

Nos dias 2 e 3 de dezembro, em Luziânia, Goiás, realizou-se o VI Congresso Nacional do PSOL. A principal conclusão foi a de que participará nas eleições presidenciais de 2018 com candidatura própria. Tudo indica que essa decisão já era esperada. O perigo de a direção majoritária pender para uma frente eleitoral com o PT estava descartado. O PSOL tem de se afirmar como uma força eleitoral, que se assemelhe ao PT das origens e se diferencie do PT corrompido.

A principal discussão foi se o Congresso aprovaria um nome para disputar a Presidência da República, ou deixaria para depois. Nas vésperas de sua realização, Luciana Genro, do Movimento de Esquerda Socialista/MES, publicou uma carta defendendo “*que o partido apresente candidatura própria à Presidência da República*” e que a definisse. Indica seu próprio nome, sob a justificativa de que cumpriu bem a tarefa em 2014 e “*o partido se fortaleceu*”. Considerando a impossibilidade de seu próprio nome, Luciana e o MES se pronunciaram a favor do filho de Plínio Arruda Sampaio, afetivamente chamado de Plininho. No caso de “*o congresso não definir a candidatura presidencial*”, dizem que passarão a “*defender mecanismos democráticos de consulta*”. Essa prevenção se explica concretamente pelo fato de a direção do PSOL negociar com o dirigente do MTST, Guilherme Boulos, sua candidatura. Luciana avalia que se trata de uma candidatura contraditória. De um lado, é bom porque tem “*ligação com a mobilização de massas*”; de outro, é ruim porque “*a influência do seu pensamento da ideologia petista é por demais evidente*”. De maneira que o nome de Boulos deve ser submetido às bases do partido, segundo o desejo de Luciana Genro.

Recorremos a essa nota de Luciana Genro aos delegados do Congresso, porque foi candidata em 2014 e porque o MES é uma das correntes mais importantes do PSOL. O pronunciamento expressou antecipadamente o que seria o VI Congresso.

Não tivemos informação posterior à sua realização, mas tudo indica a posição do MES foi rechaçada pela maioria dos delegados. Não se definiu quem seria o candidato (a) e as bases não decidirão. No ponto 7 da resolução aprovada (“*Construir uma alternativa socialista, popular e radical em 2018*”), se determina a forma da decisão: “*Para essa definição, o partido convocará uma Conferência Eleitoral no primeiro trimestre de 2018, composta por 126 delegados e delegadas (o dobro da composição do Diretório Nacional do PSOL), proporcionais aos votos obtidos pelas chapas apresentadas no VI Congresso Nacional. As pré-candidaturas internas deverão se inscrever em até dez dias antes da referida Conferência, através de procedimento a ser definido pela Executiva Nacional, incluindo número mínimo de 400 apoiadores e carta de apresentação endereçada à Direção Nacional e à militância do PSOL*”.

Como dissemos, não tivemos acesso à composição de forças do Congresso. Analisamos anteriormente no Jornal Massas 11

teses, das 12 que foram apresentadas. É bem provável que, dos 126 delegados da Conferência Eleitoral, a maioria deve pertencer à direção majoritária. De qualquer maneira, nenhuma das correntes de esquerda tem como aprovar o nome preferido. O nome sairá de uma composição, ou de uma imposição da direção majoritária.

A indefinição da candidatura própria expressou um dilema interno. Tem havido uma negociação com Boulos, que não é do PSOL e que procura se utilizar do PT para seus fins políticos. A aproximação tem sido feita por meio da discussão da “*Plataforma Vamos*”, cuja iniciativa partiu da Frente Povo Sem Medo (“*Vamos! Sem medo de mudar o Brasil*”). Em torno da “*discussão programática*”, organizada por essa Frente, se pretende viabilizar a candidatura de Boulos. Os pontos 4 e 5 da resolução “*Construir uma alternativa*”, indicam esse caminho. Diz o ponto 5: “*Nesse sentido, a experiência da Plataforma Vamos tem sido um espaço fundamental de debate programático, que tem ampliado o leque de atores envolvidos no debate e possibilitando um resultado bastante denso e consistente para ser apresentado no processo eleitoral e na construção das lutas sociais no país. O PSOL e a nossa candidatura podem e devem cumprir um papel decisivo na reorganização da esquerda e no enfrentamento à ofensiva conservadora*”.

No ponto 6, a menção à Frente Povo Sem Medo, que é uma criação do MTST, é direta: “*Assim, o PSOL construirá uma candidatura que represente uma ampliação para além de suas fileiras partidárias e expresse o acúmulo das lutas dos movimentos sociais combativos, da Frente Povo Sem Medo, das lutas no parlamento contra o golpe institucional e em defesa de um novo campo político na esquerda que expresse a negação da conciliação de classes como estratégia política*”.

A fórmula “*uma candidatura que represente uma ampliação para além de suas fileiras partidárias*” diz tudo. Caso seja aplicada, fará com que o PSOL recorra a uma candidatura fora de suas fileiras. No caso, o nome em questão é o do Boulos. Se não for essa a possibilidade, o nome que sairá

das fileiras do PSOL deve ser aprovado pelo MTST e Frente Povo Sem Medo. A “*Plataforma Vamos*” serve de ponte para negociações. Não sabemos se o VI Congresso discutiu o conteúdo dessa plataforma, para incluí-la como programa para as eleições.

Os “*5 eixos fundamentais*” anunciados pela Frente Povo Sem Medo para a constituição da “*Plataforma Vamos*” são tipicamente reformistas. Pretende-se retomar a tese petista da democratização. Ideia que parte da premissa de que o capitalismo no Brasil possibilita a distribuição de renda, desconcentração da propriedade, estabelecimento de um regime democrático apoiado nas massas, entre outros objetivos de reformas.

Os delegados, ao aprovarem a “*Plataforma Vamos*” como base para a candidatura que será definida na Conferência Eleitoral, assumiram o roteiro armado pela Frente Povo Sem

***Os delegados, ao aprovarem a “Plataforma Vamos” como base para a candidatura que será definida na Conferência Eleitoral, assumiram o roteiro armado pela Frente Povo Sem Medo, que acha que pode “apontar novos rumos para o Brasil e a esquerda brasileira”. Assimilaram a hipócrita ideia de “um projeto popular construído de baixo para cima”. O PT também dizia que pretendia construir um partido de baixo para cima.***

Medo, que acha que pode “apontar novos rumos para o Brasil e a esquerda brasileira”. Assimilaram a hipócrita ideia de “um projeto popular construído de baixo para cima”. O PT também dizia que pretendia construir um partido de baixo para cima.

A pretensão de reorganizar a esquerda e de criar um novo campo político que seja a negação da conciliação de classes tem voo curto. Não passa de palavras ocas. Promessa que serve para confundir sua própria militância e contentar suas correntes internas. A “Plataforma Vamos”, por si só, contém, em seu fundamento econômico, político e social, o germe da

conciliação de classes. O altissonante desejo de “priorizar de fato as candidaturas do campo popular” não passa de uma máscara ao eleitoralismo reformista. Por sua vez, o compromisso expresso de “revogação das medidas antipopulares de Temer, como a reforma trabalhista e a lei da terceirização” não vai além de uma promessa eleitoral. Promessa que até o PT pode fazer.

O IV Congresso, no segundo dia, discutiu os informes e as posições dos setoriais da mulher, de negros e negras, LGTB e ecossocialistas. No próximo Jornal Massas, comentaremos as resoluções setoriais.

## Ato contra o aumento das tarifas em São Paulo

A tarifa dos ônibus em São Paulo subiu de R\$3,80 para R\$4,00, desde 7 de janeiro. A medida havia sido anunciada conjuntamente pelo governo do estado e prefeitura desde 28 de dezembro. Também subiram as integrações (ônibus-trem) e outras modalidades de bilhetes (diário, mensal etc.). Como serve de base para toda a Grande São Paulo, os intermunicipais, além da CPTM e Metrô, que também aumentaram as passagens. No anúncio, Doria e Alckmin, ambos do PSDB, fizeram questão de colocar que o índice do aumento (5,26%) seria inferior ao da inflação do período (8,36% desde o último reajuste, em 2016, de acordo com o IPC-Fipe) – houve um ano de congelamento em 2017, atribuído à promessa eleitoral de Doria.

Não houve manifestação antes da entrada em vigor dos novos valores. O anúncio nos últimos dias do ano certamente contribuiu para a demora na resposta. O primeiro ato só se deu no final da tarde do dia 11 de janeiro, convocado pelo MPL (Movimento Passe Livre). Compareceram milhares de pessoas. Mesmo com chuva forte no momento da concentração, em frente ao Teatro Municipal, a passeata seguiu em direção à Praça da Sé, passou pelo Terminal Parque Dom Pedro e concluiu na região do Brás. No encerramento, houve confronto com a polícia. Alguns jovens foram presos, muitos outros ficaram feridos.

Chamou a atenção o caráter inócuo do trajeto final, tendo em vista que não havia uma alma sequer no Brás naquele horário. Esse problema resulta da ausência de assembleias para encaminhar os assuntos relacionados à mobilização – incluindo o trajeto. Na verdade, é um problema antigo. O MPL se diz apartidário, horizontal e autônomo. Não cabe aqui o questionamento quanto à relação do movimento com os partidos, nem se é mesmo autônomo ou não. Mas está claro pela experiência anterior, confirmada pelo dia 11, que a tal “horizontalidade” é uma farsa. O MPL decide o trajeto e pronto. E isso apesar de dezenas de entidades e agrupamentos comparecerem, levando milhares à rua em nome da unidade, dada a justeza da bandeira de luta contra o aumento.

O POR defende o método da democracia operária, com a convocação das assembleias para decidir sobre os rumos do movimento. É preciso erguer os comitês nos bairros e constituir uma direção centralizada que expresse a democracia operária, com caráter de frente única. O MPL surgiu com um discurso crítico às formas tradicionais de organização e ainda sustenta essa fala, mas trata a luta contra o aumento e pelo passe livre há anos como um “feudo” seu, de maneira semelhante aos aparelhos sindicais burocratizados.

Mas o MPL não erra somente no método, erra na política. A

insistência em tratar o assunto do transporte de forma isolada confere um caráter corporativista ao movimento. Já passou da hora de compreender que o aumento das tarifas deve ser inserido no contexto geral de elevação do custo de vida (levando em conta o salário mínimo miserável, que subiu de R\$ 937 para R\$ 954). O que implica lutar em defesa dos empregos e dos salários. O MPL não aceita essa formulação, porque o obrigaria a entrar numa seara onde não possui cabedal algum. É a sua maior fraqueza. Enquanto movimento específico, circunscrito ao tema dos transportes, consegue arregimentar muitos jovens, especialmente os de classe média. Mas quando se trata de arrastar a classe operária, os sem-teto e demais setores explorados (justamente os mais golpeados pela elevação das tarifas), mostra-se débil. Nessa arena, ainda reinam as burocracias sindicais, principalmente as cutistas e forcistas.

Para o POR, a questão dos salários deve ser respondida com um sistema de reivindicações, que passa pela defesa do salário mínimo vital (valor que atenda às necessidades do trabalhador e sua família), com escala móvel de reajuste (elevação automática do salário de acordo com a subida dos preços). As reivindicações de luta contra o desemprego merecem atenção especial, dado que incidem sobre a vida da família operária. Cumpre ao movimento a tarefa de exigir emprego a todos, com estabilidade, através da escala móvel das horas de trabalho. E, atendendo à necessidade urgente e específica desse setor, cabe a defesa do passe livre para os desempregados. Critério análogo serve de base à bandeira de passe livre aos estudantes.

Mas o POR não defende somente passe livre para estudantes e desempregados, com salário mínimo vital e escala móvel das horas de trabalho. Entende ser crucial a defesa da estatização dos transportes, sem indenização, sob controle operário. O MPL, contudo, se coloca contra a bandeira de estatização. Sua militância possui enorme influência anarquista. Assim, acaba empregando o seguinte raciocínio: quem é contra o Estado não pode defender “estatizar” coisa alguma. Quem agradece são os poderosíssimos cartéis do setor de transportes, que enriquecem mais e mais à custa do dinheiro dos pobres e dos subsídios governamentais.

Por outro lado, em que pesem as críticas feitas pelo POR, este reconhece a importância das manifestações convocadas pelo MPL. As apreciações que faz sobre as suas limitações têm o sentido de pressionar pelo avanço de suas formulações. Fazem parte da luta política. Cabe à vanguarda realizar um grande esforço para convocar o próximo ato e ir superando seus próprios entraves.

## Paraná: Belinati aumenta tarifa de ônibus e acaba com passe livre estudantil É hora de mobilização!



Nos últimos dias do ano passado, a Câmara Municipal em conluio com o prefeito Belinati aprovou o fim do passe livre estudantil. Como abutres os vereadores repartiram o que deveria ser usado para custear o passe livre.

Agora, na primeira semana de janeiro, o prefeito Belinati decretou ao aumento da tarifa para R\$ 3,95 o que significa um acréscimo de 5,3%, acima da inflação do ano que foi de 2,94% e muito mais do salário mínimo que só aumentou 1,81%!!!

Mas não deve ficar só por isso. Os donos dos ônibus que exploram esse serviço público há décadas querem mais! E como eles têm o prefeito, a Câmara, o judiciário e a imprensa no bolso, é bem provável que consigam aumentar ainda mais este ano o preço da passagem.

Não satisfeito com essas maldades, a prefeitura também aumentou o IPTU, elevando esse imposto, em alguns casos, a mais de 300%. Como se vê, resolveu jogar nas costas do povo trabalhador o custo da farrá de dinheiro público em que se transformaram as administrações públicas.

O pretexto de que o passe livre era “inviável financeiramente”, de que se continuasse teria que haver cortes em outras áreas,

mostrou-se uma mentira quando os próprios vereadores informaram que o passe livre custou a metade do que diziam que custaria, menos de 1% do orçamento municipal. Dos 130 mil estudantes londrinenses, apenas 17 mil aproximadamente utilizam o benefício. Ao contrário das previsões catastróficas, o passe livre em 2017 custou a metade do que diziam que iria custar.

Reduzindo o número de usuários do passe livre e retornando-se o sistema da meia passagem, a outra metade da tarifa deixa de ser paga pela prefeitura e passará a ser paga com o dinheiro da passagem do usuário trabalhador.

Este será o pretexto para se aumentar novamente a tarifa ainda em 2018.

Já o aumento para R\$ 3,95 é um escandaloso pacto da prefeitura com os donos dos ônibus contra o povo. Pois nada justifica que se pague numa cidade como Londrina o mesmo que se paga em Curitiba ou São Paulo.

O escândalo é maior se considerarmos que a prefeitura não tem um sistema de fiscalização do número de passageiros transportados diariamente, dos quilômetros rodados e nem dos custos dos insumos, conforme foi atestado pela Comissão Especial da Câmara em 2009. O custo da famosa planilha que a CMTU usa para justificar é todo ele informado pelos donos de ônibus.

O Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo denuncia o criminoso aumento da tarifa feito apenas para manter o lucro de duas empresas e a liquidação do passe livre para estudantes.

A resposta deve ser a preparação de uma grande mobilização dos trabalhadores e da juventude.

Chamamos toda a população a participar da manifestação contra o aumento da tarifa e contra fim do passe livre no dia 17 de janeiro às 17h, nas imediações do terminal central.

## Rio Grande do Norte

# Abaixo a intervenção militar no RN

## As tarefas do momento

A crise econômica e política que assolam o país é resultado da desagregação da economia capitalista. O afastamento do PT do poder, através do golpe de Estado, apesar da sua política de colaboração de classe, não arrefeceu os elementos propulsores da crise.

O governo golpista de Temer, nascido sobre a proteção do capital financeiro internacional e nacional, luta para aplicar as medidas do ajuste fiscal ditadas por estes grupos. As reformas antinacionais e antipopulares contam com a centralização dos três poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. A ditadura civil de Temer consegue assim impor reformas que destroem direitos históricos dos trabalhadores. A dureza das reformas do governo golpista afetam brutalmente as condições de vida das massas. Evidentemente, as massas resistem à barbárie da crise. A greve de 28 de abril de 2017 apontou o caminho para derrotar o governo e suas reformas. As centrais sindicais, com suas estratégias eleitoreiras, dificultam a unidade do movimento; sendo assim, a luta

de resistência tem acontecido de forma isolada, por categorias, por estados e cidades. Todas são derrotadas uma a uma por um governo que atua centralizadamente.

No RN, diversas categorias foram à luta contra o atraso de salários, que já dura dois anos. A crise se agudizou com o deslocamento da Polícia Civil e Militar para a luta. O aquartelamento militar e a paralisação da polícia civil obrigaram a justiça burguesa determinar o imediato retorno das suas atividades. O que não foi acatado pelos dois setores. Para quebrar a resistência, a justiça endureceu, decretando a prisão dos amotinados. Tal determinação não foi cumprida, nem acatada.

Diante da crise, a burguesia se vê obrigada a desfigurar ainda mais sua já deformada democracia. A intervenção militar no RN em forma de decreto GLO (“Garantia da Lei e da Ordem”), mesmo método usado pelo governo do Espírito Santo na greve da polícia de fevereiro do ano passado, é expressão de tendências di-

tatoriais que se desenvolvem no seio da democracia oligárquica.

A presença das Forças Armadas, no RN, nada tem a ver com a garantia da segurança à população. O real objetivo é garantir a ordem burguesa diante da crise econômica e social pela qual passa o estado. Não contando com as forças locais para reprimir os movimentos que lutam contra o ajuste fiscal, a burguesia é obrigada a intervir com as forças nacionais. Sendo assim, é nossa tarefa lutar para que todas as reivindicações de garantia das condições de vida das massas sejam atendidas. E ao mesmo tempo levantar a bandeira de Abaixo a Intervenção Militar.

Somente a política do proletariado poderá transformar o descontentamento dos explorados em luta coletiva, nacional e revolucionária contra o governo de Temer e suas medidas. É parte dessa luta o combate às demissões, ao desemprego e às perdas salariais. Ao mesmo tempo, devemos rechaçar as reformas que eliminam direitos e sacrificam a vida da maioria explorada. O método é o da ação direta. A tática é a de unificar os operários, camponeses

pobres, as camadas arruinadas da pequena-burguesia urbana e a juventude oprimida, por meio das reivindicações comuns e da constituição de uma frente única de luta local, regional e nacional. VIVA O CONGRESSO DE LUTA E RESISTÊNCIA DOS EXPLORADOS DO RN.

***Pagamento imediato dos salários atrasados de todas as categorias!***

***Não pagamento da dívida pública!***

***Abaixo o pacote de Robinson Faria/PSD/PCdoB!***

***Abaixo a repressão aos movimentos!***

***Direito de sindicalização e greve aos policiais!***

***Por um movimento unificado dos explorados!***

***Derrotar nas ruas o plano de Robinson Temer e Meireles!***

***Em defesa da escala móvel das horas de trabalho e escala móvel de salários!***

## **Professores realizam ato pela convocação dos aprovados nos concursos Emprego e estabilidade a todos, abertura das salas fechadas, redução do número de alunos por sala de aula e rechaço à reforma do ensino médio**

Aconteceu, no dia 5 de janeiro, uma manifestação em frente à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para reivindicar a convocação dos aprovados nos concursos de 2013 e 2014, para Professor de Educação Básica (PEB) I e II, respectivamente. Dois fatores se conjugavam exigindo resposta nesse momento, logo no começo do ano: um, de ordem mais geral, correspondia ao problema do desemprego; o outro dizia respeito ao vencimento do concurso de 2013. O movimento exigia “efetivação imediata de todos os professores e professoras aprovados (as)”, além da “prorrogação do concurso”, a “imediata estadualização das vagas” e o “preenchimento de todas as vagas oferecidas”.

O governo prometeu preencher 59 mil cargos através do concurso de 2013, sendo que mais de 300 mil se inscreveram e mais de 100 mil foram considerados aprovados. O próprio governo teria informado que somente 38 mil assumiram os cargos. Ou seja, nem os 59 mil prometidos foram cumpridos.

A Corrente Proletária na Educação participou do ato por se tratar de uma reivindicação legítima, relacionada diretamente a um dos problemas mais urgentes da categoria, que é o desemprego/subemprego. No entanto, tem como principal reivindicação a efetivação de todos os professores que já estão trabalhando (no caso os professores categoria “O”) e a exigência de que o governo também efetive os milhares de professores aprovados em concurso. Vincula, assim, essa exigência de posse de todos os aprovados no concurso com a luta geral pela efetivação de todos os contratados. Portanto, levanta a bandeira de emprego a todos e a estabilidade. Nenhum professor desempregado, redução do número de alunos por sala de aula (máximo de 25 alunos) e fim da farsa da reforma do ensino médio.

O problema é que há muita ilusão legalista no seio deste movimento. A formulação de ingresso na carreira somente pelo concurso público é uma trava que tem impossibilitado os professores avançarem para a defesa do emprego a todos. A tarefa a ser cumprida é mostrar que esta mobilização demonstra justamente o engodo dos concursos, os quais servem tão somente para justificar a exclusão de milhares de trabalhadores em relação ao direito fundamental ao trabalho. O governo

divulga os concursos fazendo autopromoção, dizendo que está “criando empregos”, quando, na verdade, está assegurando o desemprego a uma enorme massa de professores, obrigando-os a se inscreverem como categoria “O” ou eventual (subemprego), ou mesmo procurar trabalho em outras áreas.

A direção dos sindicatos ligados à Educação capitula diante desse ataque dos governos. É o que se viu no ano passado no caso do SINPEEM, diante da luta dos contratados. Cláudio Fonseca, vereador e presidente do sindicato, se pronunciou inúmeras vezes contra a reivindicação de garantia de emprego aos contratados. Usou o argumento de que os contratos eram formas precárias de emprego. O que é verdade. Porém, justamente por essa razão, deveria haver por parte do sindicato a defesa desses trabalhadores. Confundir o trabalho precário com o trabalhador submetido ao regime precário é um erro crasso.

Na Apeoesp, a direção (ligada ao PT) se viu obrigada a aceitar a reivindicação de estabilidade a todos. Mas segue, contraditoriamente, com a defesa dos concursos. Também está presa ao legalismo. No caso específico desta manifestação de 5 de janeiro, no entanto, sequer forneceu apoio material, não convocou os professores para estarem presentes, nada. Enviou alguns professores de base da Chapa 1 (Articulação Sindical) e só. O que mostra desleixo, considerando que a reivindicação não está em choque com sua política.

A Corrente Proletária na Educação defende o emprego e a estabilidade a todos, por meio da divisão das aulas a todos os aptos a trabalhar, aplicando a escala móvel das horas de trabalho, com o salário mínimo vital (que deve suprir todas as necessidades do trabalhador e sua família) e a escala móvel de reajuste (elevação automática dos salários de acordo com a subida dos preços das mercadorias). Do ponto de vista do método, defende que essa luta deve ser assumida pelo conjunto da categoria, erguendo as assembleias massivas e o combate por meio da ação direta. Vem aí a atribuição de aulas e o mesmo problema da defesa do emprego estará colocado novamente. Cabe à vanguarda, em particular ao movimento de oposição na Apeoesp, pressionar para que a direção majoritária convoque a assembleia e mobilize os professores.

## **CAMPANHA DE APOIO INTERNACIONAL À GREVE DOS MÉDICOS NA BOLÍVIA**

O POR, seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, divulgou, explicou e coletou apoio de sindicatos e movimentos. A unidade mundial dos explorados contra os exploradores e seus governos é a garantia da vitória contra os brutais ataques às condições de vida das massas. Não há um só país em que a revolta dos oprimidos esteja objetivamente isolada das demais revoltas que se passam em toda a parte. O isolamento tem sido subjetivo, em outras palavras, político. Isso expressa a ausência de uma Internacional revolucionária. A III Internacional foi liquidada pelo estalinismo. A IV Internacional não teve como se firmar e se desintegrou sob a ação dos revisionistas. Trata-se de reconstruí-la, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. Em todo o lugar que se manifestar a luta de classes, o POR estará em combate para romper o isolamento político.

### **Viva a greve dos médicos na Bolívia!**

Publicamos a moção que serviu à nossa campanha de divulgação da greve e de apoio.

## **Moção de apoio à greve nacional dos médicos bolivianos**



Os médicos da saúde pública da Bolívia estão em greve nacional há mais de 40 dias. Levantaram-se contra o artigo 205 do Código do Sistema Penal, que criminaliza a atividade médica em nome da proteção e melhoria da saúde. O governo responsabiliza os médicos pela situação precária em que se encontra a saúde. Pretende, assim, fiscalizar os médicos e impor-lhes sanções penais. Os recursos para a fiscalização serão retirados das contribuições dos trabalhadores da Caixa de Saúde.

Os trabalhadores da saúde rechaçam as acusações do governo Evo Morales, mostrando que durante todo o seu mandato construiu apenas um hospital. Mesmo assim o número de leitos é inferior ao Hospital Operário de La Paz, que tem mais de 60 anos. A promessa eleitoral do governo foi de construir 40 novos hospitais. O governo também é acusado de desperdiçar recursos construindo um palácio em La Paz. A utilização de recursos da Caixa de Saúde demonstra a falência das diretrizes do governo para a saúde pública.

O movimento dos médicos tem resistido à repressão governamental por meio da greve ativa, dos bloqueios e dos piquetes de greve de fome. O governo manobra para esvaziar o movimento dizendo que já atendeu 90% das reivindicações, mas não se dispõe a revogar o artigo 205 do Código Penal. Na quarta-feira, dia 3, a Federação Nacional de Trabalhadores da Previdência Social e os trabalhadores da Caixa Nacional de Saúde (CNS) decidiram apoiar os médicos paralisando as atividades por 24 horas. O sindicato dos professores está apoiando a greve dos médicos, considerando que há uma ofensiva da repressão governamental aos movimentos. Condena a penalização da prática médica. Defende um sistema de saúde único, universal e gratuito, financiado pelo Estado, sem saquear os recursos da previdência social.

Diante do exposto, apoiamos as justas reivindicações dos médicos e dos demais trabalhadores da saúde pública da Bolívia. Vimos diante do governo Evo Morales solicitar que revogue o artigo 205 do Código Penal, que penaliza a prática médica e de outros profissionais e que anule os artigos 209, 293 e 294, que criminaliza o direito de manifestação.

#### **Sindicatos que assinaram a moção**

Sindicato dos Servidores em Saúde do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte; Associação dos Professores da PUC-São Paulo; Sindicato dos Professores de São Paulo- sedes de Taboão da Serra, Lapa e Mauá; Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo.

**LANÇAMENTO ▶**

**R\$ 35**

**100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:**

**100 anos da Revolução Russa**

**RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL**

## Moção de apoio à greve dos médicos na Bolívia

# Comitê do ABC erra!

No sábado passado, no ABC, ocorreu a reunião do Comitê contra o aumento das passagens. Estavam presentes PSOL, POR, Autonomistas, Espaço Socialista, Juventude do PT e outros. Depois de organizada a pauta, o POR pediu que incluísse a discussão sobre uma moção em defesa da greve dos trabalhadores da saúde da Bolívia.

O centro da discussão era a preparação de atos contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos. Houve propostas de um estudo dos índices de reajustes das passagens, objetivando encaminhar ao parlamento para que fosse elaborada uma lei para disciplinar os aumentos e evitar as tarifas abusivas. Esta proposta foi defendida pela juventude do PT. Outros agrupamentos propuseram realizar uma audiência pública, visando a transparência. O POR defendeu o fortalecimento do comitê, a importância de unificar a luta contra os aumentos das tarifas com a luta dos sem-teto, particularmente com o movimento do MTST. Para isso, seria importante comparecer à assembleia dos acampados em São Bernardo do Campo. Mostrou que a luta contra o aumento das tarifas se vincula com o combate ao desemprego e às reformas trabalhista e previdenciária.

O militante do PSOL, diante das propostas, disse que o Comitê não podia deliberar. E que se trata de encaminhar aquelas que são de “consenso”. A proposta da juventude do PT de se ter uma Lei ganhou aceitação de boa parte dos presentes. O militante do PSOL enfatizou que não poderia ser votada, mas que cada partido presente, que tem representação parlamentar, elaborassem a tal Lei. Em relação às propostas apresentadas pelo POR, nada de concreto foi encaminhado. Como se vê, o comitê, ao invés de fortalecer as ações de rua contra os governos e trabalhar pela unidade com outros movimentos, se ateuve a propostas no campo parlamentar.

O ponto sobre a aprovação da moção causou as mais diferentes e reacionárias posições. Depois da leitura da moção, o representante da juventude do PT tomou a palavra para se colocar contra. Disse que apoia o governo Evo Morales, por

ser de esquerda, e não se solidarizaria com a greve dos médicos. O militante do PSOL que conduzia a mesa na reunião interveio dizendo que o comitê não deveria assinar, mas que participantes individualmente poderiam fazê-lo. Argumentou que não tinha conhecimento dessa greve. Pior ainda foi a intervenção do autonomista, que se colocou contra a moção como o argumento de que a “greve dos médicos é de direita”. Um experiente militante do PSOL relatou que havia recebido dias antes a moção e que não poderia votar essa moção naquele momento no Comitê, porque, enquanto a Apeoesp precisava do aval da coordenação da subseção e se votasse contra a moção não poderia defender na Apeoesp de SBC.

Chamou a atenção a despolitização. Uma moção de solidariedade à greve dos médicos e aos militantes que estavam em greve de fome foi combatida com argumentos extremamente reacionários. Chamou a atenção pelo fato de serem militantes de correntes que se reivindicam (certamente formalmente) da solidariedade de classe, mas, quando se trata de uma luta concreta, se recusam a se colocar ao lado dos grevistas contra as medidas autoritárias do governo. Chamou a atenção o desprezo à solidariedade internacional aos lutadores bolivianos que estavam há mais de 40 dias em greve. E chamou a atenção o ar de zombaria de militantes, que se propõem a constituir um comitê para enfrentar os governos, quando propuseram que o POR convidasse “alguém preparado para explicar o artigo 205 e outros artigos do Código Penal boliviano”. Para completar tamanho desatino, um autonomista disse: “O Comitê tem de discutir apenas aquilo que diz respeito ao aumento das passagens. Greves, deslizamento de terra em Mauá, morte na Palestina nada disso precisa ser discutido aqui”.

Cabe destacar que militantes do Espaço Socialista, LPM e MRT fizeram a defesa de que o Comitê votasse favorável a moção. Assim, a moção, apesar de não ser votada formalmente, foi rejeitada pela maioria da militância que compõe o Comitê.

*Uma moção de solidariedade à greve dos médicos e aos militantes que estavam em greve de fome foi combatida com argumentos extremamente reacionários. Chamou a atenção pelo fato de serem militantes de correntes que se reivindicam (certamente formalmente) da solidariedade de classe, mas, quando se trata de uma luta concreta, se recusam a se colocar ao lado dos grevistas contra as medidas autoritárias do governo. Chamou a atenção o desprezo à solidariedade internacional aos lutadores bolivianos que estavam há mais de 40 dias em greve.*



## Nesta edição:

- **Argentina:** As enormes mobilizações em todo o país abriram caminho para derrotar o ajuste do FMI.
- **Peru:** Presidente escapa do impeachment.
- **História do partido bolchevique**  
*Terceira parte: 1914-1917 -*  
A bancarrota da II Internacional e preparação da III Internacional.

## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



### Bolívia

## A luta continua. Pôr em pé a coordenação interinstitucional contra o código penal masista. Em defesa das liberdades democráticas dos trabalhadores

*Acatar a paralisação com mobilização decretada pela COB! Revogação do Código Penal masista!  
Contra a penalização do direito de protesto, de greve, enfim, de luta contra a opressão burguesa!  
Pelo direito à livre expressão! Morra a “democracia” burguesa que é ditadura dos opressores!  
Abaixo os politiqueros burgueses oficialistas e opositores! COM O POR, PELO SOCIALISMO!*

...

## A greve do setor de saúde empurrou o governo contra as cordas

A tenacidade e firmeza da luta do setor de saúde contra o artigo 205, que penaliza o ato médico, se converteu no canal por meio do qual se expressou o crescente repúdio popular ao governo. Nesta resposta, expressou sua força.

Todos os esforços do governo para jogar a opinião pública contra a greve por tempo indeterminado dos médicos fracassaram. Isso porque bateram a cara contra a raiva popular, cansada deste governo de impostores, no qual inicialmente confiaram, enganados pela condição indígena-camponesa do “hermano” Evo e que hoje comprovam que não é mais que outro governo a serviço dos interesses da burguesia e das multinacionais.

Aqueles que ontem apoiavam Evo, agora veem na firme atitude dos médicos um exemplo a seguir para golpear e dobrar o braço do governo que traiu suas ilusões.

Enquanto, nas ruas, multitudinárias manifestações antigovernamentais eram reprimidas, em Santa Cruz, Evo Morales e os agroempresários do Oriente firmavam um acordo por meio do qual o governo promete que delimitará de novo a Reserva Florestal de Guarayos para a ampliação da fronteira agrícola, levando em conta os assentamentos já existentes, reconhecendo assim “assentamentos” e “investimentos ilegais; retirará do Vice-ministério de Terras a atribuição de revisar títulos executados, assim os agroempresários estarão “blindados” para que seus títulos de propriedade agrária com vícios de nulidade não sejam objetados e revisados juridicamente pelo Vice-ministério de Terras, e se liberará a exportação de sorgo, carne bovina, açúcar, álcool, soja e seus derivados. Há prova melhor do que essa a quem serve o governo?

O arrogante Evo, acostumado a impor sua vontade, continua acreditando que conta com o apoio majoritário da população. Cego de poder, é incapaz de perceber a profunda mudança da situação política, isto apesar dos revezes que recebeu com o majoritário NÃO a sua re-re-re-repostulação no referendo do 21 de fevereiro e o esmagador voto nulo nas eleições do Poder Judiciário.

Finalmente, diante da firmeza dos setores mobilizados em torno da luta dos médicos, em defesa da saúde, da seguridade social e de nossos direitos fundamentais à organização e mobilização sem leis e mordaza, como as que figuram no novo Código Penal, não houve outro remédio senão retroceder, ordenando a seu dócil Parlamento que revogasse o artigo 205 e o 137. Artigos esses contra o quais se rebelaram os condutores, ameaçando bloquear ruas e fracassar o Dakar (esse circo protagonizado por ricos de todo o mundo), tão apreciado por Evo, e revisar os artigos 293 e 294, que penalizam o direito ao protesto.

No entanto, longe de aplacar o protesto e parar bruscamente a greve médica, a reação foi a de uma maior radicalização de diversos setores populares, gremiais e sindicais, exigindo agora a revogação de todo o Código Penal, uma vez que todos se sentem ameaçados em seus direitos.

A reivindicação de anulação total do Código vem ganhando cada vez mais força e marca um importante ponto no processo de diferenciação dos explorados e oprimidos a respeito do governo.

### *A luta deve continuar por:*

1. Revogação do Código Penal em seu conjunto.
2. Um sistema de saúde universal, gratuito e de qualidade, inteiramente financiado pelo Estado sem tocar nos recursos



das Caixas de Saúde, produto das contribuições dos trabalhadores.

3. Em defesa das Caixas de Saúde que protegem mais de três milhões de beneficiários, como uma conquista dos trabalhadores. O governo irresponsável e demagogo pretende meter a mão nos fundos das Caixas de Saúde para seu Sistema Universal de Saúde, sem despende um centavo.
4. Rechaçar a Cúpula de Saúde que o governo, junto à CONAL-

## **Uma batalha foi ganha. A luta agora é contra todo o Código Penal Banzer-Goni-Evo.**

*Diante das ameaças repressivas do governo. Preparar-se para derrotar nas ruas qualquer ação repressiva do governo*

A generalização da mobilização popular, exigindo agora a revogação do novo código do sistema penal, pode encurralar o governo, que tem esgotado seu espaço de manobras para desmobilizar as massas. A burocracia sindical, como a dos fabris e os mineiros, que não representam as bases, mas sim ao governo, pode entrar em crise ao se chocar com o sentimento antigovernamental das bases.

No fechamento de nossa edição, se instalou o primeiro piquete fabril de greve de fome pela revogação do código penal, a partir dos sindicatos de base independentes do governo, devido ao fato de as direções não estarem cumprindo seu papel, é o que assinalam. Este acontecimento é muito importante porque o grande ausente no conflito foi a classe operária.

O acordo firmado pela direção dos médicos com o governo

## **Os revolucionários trotskistas firmes na luta contra o governo impostor de Evo Morales**

Nossa presença na luta em apoio ao conflito médico, através de nossos camaradas José Luis, dirigente da CODELPA, das federações urmistas do magistério urbano, com seus cinco piquetes de greve de fome em La Paz, Cochabamba, Oruro, Sucre, da direção do Comitê Cívico de Sucre, não estão só contra este governo, cuja política é indiscutivelmente pró-burguesa, mas também contra toda a ordem capitalista.

Nesta luta, nos diferenciamos das correntes burguesas que combatem o MAS em nome da defesa da democracia burguesa

### **Argentina**

## **As enormes mobilizações em todo o país abriram caminho para derrotar o ajuste do FMI**

*O Governo pretende impor o programa do capital financeiro, das multinacionais e dos latifundiários com os métodos da ditadura militar*

Estamos vivendo uma mudança na situação política: abriu-se uma crise de grandes proporções no regime, devido à colossal intervenção popular.

As massas se transformaram em protagonistas principais, ganhando as ruas em centenas de milhares, várias vezes, em todo o país e numerosos setores sindicais pararam e se mobilizaram.

Centenas de milhares de trabalhadores empregados e desempregados, estudantes e aposentados foram às ruas para rechaçar o saque previdenciário. Acompanhado de massivos painéis noturnos nos bairros, parte deles se mobilizou na segunda e na terça até o Congresso, repetindo-se nas principais cidades. A intervenção popular não se atemorizou diante da selvagem repres-

CAM, cocaleiros do Chapare, da CSUTCB e de seus “movimentos sociais” afins, convocada para impor, à margem dos principais atores: médicos, trabalhadores da saúde, trabalhadores contribuintes das caixas, aposentados, etc., seu projeto destrutivo da saúde.

5. Rechaçar a aposentadoria obrigatória, que objetiva jogar nas ruas, com rendas miseráveis, mais de 150 mil trabalhadores, condenando-os a agonizar de fome no restante de seus dias.

deixa em aberto o tema das sanções, que o governo seguramente pretenderá aplicar, para perseguir os médicos: demissões, não pagamento pelos dias de greve, perseguição aos dirigentes, etc. Somente a continuidade da mobilização poderá evitar a repressão aos médicos.

As manobras do governo se chocarão com a tendência à generalização que se desenvolve a partir de que setores cada vez amplos compreendem que o novo código penal constitui uma ameaça não só contra os médicos, mas também contra todos os cidadãos.

Na medida em que a mobilização se amplie, os grupos oportunistas e eleitoreiros disfarçados por trás das “plataformas” e “agrupamentos cidadãos”, entre os quais estão os setores mais recalcitrantes direitistas, racistas, anticomunistas e ultrarreacionários, serão isolados e ficarão a sós.

e da Constituição. Levantamos as bandeiras da política revolucionária do proletariado boliviano. Rechaçamos categoricamente a farsa democrática burguesa, que impõe à sociedade os interesses gerais dos exploradores e do imperialismo.

Saudamos a coragem dos companheiros grevistas: Vilma, Judith, Raúl, Miguel, Harry, Leandro, Isabel, Gardenia, Emiliana, Alberto, Santiago e Amparo.

*COM O POR, PELO SOCIALISMO*

são, pelo contrário, cresceu seu tamanho.

A manipulação dos meios de comunicação tampouco confundiu as massas, que pareceram compreender que só devem confiar na ação de suas próprias forças.

Uma vez mais se comprovou que o Congresso é uma cova de parasitas, incapaz de assumir uma orientação que contradiga a burguesia. Os meios de comunicação não conseguiram ocultar o tamanho do ataque que se está impondo.

Uma verdadeira “traição à pátria”. A reforma previdenciária foi recomendada pelo FMI em novembro de 2016: modifica o cálculo das contribuições e eleva a idade. É parte de um programa integral de reformas, que inclui a trabalhista, a da educação e da

saúde. Expressa o caráter absolutamente antinacional e pró-imperialista desse governo.

A mudança na previdência aprovada é parte de uma política internacional do capital financeiro, que procura aplicar em todos os países. Demonstração de que o capitalismo está esgotado, de que necessita atacar todas as conquistas das massas para se manter.

Esse ataque provocou a fúria popular, combinando-se com as demissões, com a abertura de importações, com os tarifões, com a feroz repressão sobre o povo mapuche, que custou as vidas de Santiago e Rafael, etc.

Para impor esta lei, não vacilaram em passar por cima de todas as formas democráticas. O debate no Congresso foi um circo. O governo já tinha o resultado negociado. *“Que os opositores falem tudo o que quiserem, já temos o quórum e já temos os votos”* diziam desde o governo. E, caso fracassasse, tinham em mãos um Decreto de Necessidade e Urgência, com as assinaturas de todos os ministros, pisoteando o Congresso de conjunto.

É o governo, seus aliados e seus cúmplices que sabotam a “institucionalidade”, aplicando métodos antidemocráticos. Eles vão dando um golpe atrás do outro contra as instituições da democracia burguesa, deixando de lado as aparências, mostrando a verdadeira face de sua ditadura de classe.

O governo desfechou uma repressão brutal. São incontáveis os feridos pelos disparos das forças de segurança. Voltaram a mirar contra jornalistas e fotógrafos dos meios de comunicação, golpeando-os e empurrando-os. Encheram as prisões de presos. Atiraram gás em lugares públicos, em bares, em estações de metrô. Bateram em centenas e lhes lançaram suas motos. Infiltraram a mobilização. Centenas de milhares cantavam nas ruas *“Macri, lixo, você é a ditadura”*.

Estamos diante de um salto qualitativo na repressão e no rompimento das formas democráticas. Com dois assassinatos, aprisionamentos massivos; com provocações de todo tipo, com a utilização da Justiça contra políticos e sindicalistas; eliminando os meios de comunicação críticos e os jornalistas que mais denunciavam o governo; eliminando

juízes, procuradores, fiscais que não estão submetidos ao governo, etc. Dessas medidas é muito difícil que haja retorno.

O governo e seus meios de comunicação acusam o kirchnerismo tornando-o responsável pelas mobilizações e pela violência. É uma manobra para ocultar o caráter massivo, unitário, nacional, e a grande presença de operários, de trabalhadores da educação e de jovens no protesto. O fato muitos deles simpatizarem com o kirchnerismo não demonstra que tenham organizado e dirigido o protesto. O papel combativo dessas bases peronistas se choca nos fatos com a política impotente de suas direções, o que deve ser assinalado para politizar sua luta. É necessário um balanço do papel de Scioli, de Bertone da Terra do Fogo, Peppo do Chaco e muitos outros que contribuem com os ajustes de Macri. Sem esquecer a maioria peronista no Senado e o papel dos governadores e deputados peronistas, que foram decisivos para que se aprovasse a Lei.

O ajuste avança com a reforma impositiva, com a Lei do Orçamento, que corta recursos do Anses e rebaixa os impostos aos capitalistas. Devemos rechaçar todas as reformas recomendadas pelo capital financeiro. É um ataque integral, em todos os terrenos, contra as condições de vida e trabalho da maioria. É uma declaração de guerra do governo. Querem transformar o país diretamente numa colônia do imperialismo.

As votações no Congresso desses ajustes não encerram a luta, tão somente a colocaram em outro patamar. A resistência de dezembro marca o caminho para derrotá-los, esse é o grande passo

que foi dado. Criou uma grande confiança do poder que tem a mobilização popular unitária. O governo obteve uma vitória com a sanção das leis, mas com um enorme custo, o de uma crise política que se agrava.

Apesar das enormes dificuldades para organizar uma resposta unificada desde as bases, nos fatos ficou constituída a unidade para rechaçar a política do governo. Ficou demonstrado que se há uma possibilidade de quebrar essa política é nas ruas, com os métodos próprios da classe operária, parando e mobilizando. Também ficou demonstrado que no Congresso não se pode derrotar o ajuste. Que somente é possível retroceder esses ajustes com uma poderosa mobilização popular. E isso era o que deviam dizer no Congresso os deputados revolucionários, se houvessem.

## **Derrotemos essa política com os métodos e a política da classe operária**

É importante que não deixemos passar os ajustes, como um fato consumado. Está em jogo o presente dos aposentados e o futuro de todos os trabalhadores. Depende de nós, de nossa luta, de nossas forças, de nossa organização e de nossos métodos. O ajuste prossegue com tarifões.

Essas leis devem ser revogadas. Não confiemos no Congresso e tampouco confiemos na burocracia da CGT, obrigada a chamar uma paralisação. A burocracia da CGT ficou marcada como traidora por numerosos setores, uma vez que negociou a reforma trabalhista e se omitiu diante da reforma previdenciária. O movimento das últimas semanas passou por cima dela.

Combinou-se com a forte pressão do governo sobre a CGT para que acompanhe suas leis. Praticamente estilhaçou a unidade burocrática alcançada no ano passado para negociar em melhores condições com o governo.

Esses são os efeitos da polarização da luta de classes, de um lado, um governo que responde às ordens do imperialismo, respaldado pelos setores mais poderosos da burguesia, que quer aproveitar o momento para impor todo seu programa, e, de outro, os oprimidos que radicalizam sua resistência contra essas políticas.

## **O ataque é em todos os terrenos. A resposta da classe operária e dos oprimidos deve ser integral**

É necessária a greve geral para derrotar de conjunto essa política. Esse é o caminho, essa é a tendência que marca a intervenção das massas. Devemos preparar as condições para que a classe operária imponha seus métodos e sua política.

Em muitos lugares de trabalho, impera o temor de lutar, o que seria motivo de represálias pelos patrões. O desemprego atua como uma pressão conservadora sobre os trabalhadores, como ocorreu no passado. Devemos impulsionar todas as formas de ampla auto-organização desde as bases, nos bairros, nos locais de trabalho, com a perspectiva de preparar a greve geral.

Junto com as principais reivindicações sobre salário e aposentadoria, para acabar com o desemprego e o trabalho precarizado e os tarifões, impulsionemos as principais reivindicações anti-imperialistas, que denunciam esse governo como expressão direta do capital financeiro internacional, que se presta a saquear profundamente o país: o desconhecimento e não pagamento da dívida externa, monopólio do comércio exterior e estatização dos bancos, expropriação dos latifundiários, recuperar por meio da expropriação os ramos vitais da economia, etc.

Esse governo representa a parte “civil” da última ditadura cívico-militar – é o governo do setor mais concentrado da economia e a ele representa.

Dizemos que o Congresso está a serviço dessas políticas. Que não há como assumir outra política. É uma instituição da burguesia e, portanto, expressa seu apodrecimento e corrupção.

O capitalismo esgotado e em decomposição não pode tirar o país da crise, com nenhuma das variantes da política burguesa. A grande concentração da propriedade privada dos meios de produção, em boa parte em mãos das multinacionais, é o principal obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Não há como começar a resolver os graves problemas econômicos se não tiramos esse obstáculo do caminho.

## Notas internacionais **Peru**

# Presidente escapa do impeachment

Na madrugada de 22 de dezembro, o Congresso Nacional do Peru decidiu por manter na presidência Pedro Pablo Kuczynski. O mandatário foi acusado de receber propina da Odebrecht. A denúncia é parte do processo da Lava Jato no Brasil. A oposição, liderada pela família Fujimori, abriu um processo de cassação de seu mandato. Não havia escapatória, caso o presidente não aceitasse indultar Alberto Fujimori.

O ex-presidente Fujimori estava preso sob a acusação de crime contra a humanidade. Assim foi selado o acordo de indulto entre Kuczynski e o deputado Kenji Fujimori. Segundo informações, a deputada Keiko Fujimori estava pela aprovação do impeachment. O mais provável é que se tratou de uma manobra no seio do fujimorismo. Contaram muito bem os votos. Eram precisos 87 votos para a cassação; 79 votaram a favor. Pela diferença de 8 votos, Kuczynski escapou da armadilha da oposição.

Três dias depois da votação, Alberto Fujimori recebeu o benefício do indulto. Como em um passe de mágica, o bandido que financiou grupos de extermínio, ensanguentou o Peru e desviou recursos públicos para seus asseclas está livre. O processo que o condenou à prisão até 2032 comprovou o financiamento do Grupo Colina, paramilitar. Seu chefe do Serviço de Inteligência, Vladimiro Montesinos, foi um dos responsáveis pela matança em Barrios Alto e La Cantuta, respectivamente em 1991 e 1992. Causou grande revolta o sequestro de nove estudantes e um professor da Universidade Nacional Enrique Guzmán y Valle, encontrados mortos. O terrorismo de Estado foi justificado como meio para acabar com a luta armada de Sendero Luminoso e Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA). A classe média peruana apoiou a violência contrarrevolucionária praticada pelos grupos de extermínios ligados a Montesinos e Fujimori.

O balanço do período de dez anos (1990-2000) contabilizou 70 mil mortos, boa parte de civis. Essa obra macabra de Fujimori foi qualificada de crime contra a humanidade. Agora, a ameaça de um golpe de Estado foi utilizada para libertar o criminoso.

Fujimori, no segundo ano de seu mandato, em 1992, dissolveu o Congresso Nacional, que resistia a dar-lhe poderes ditatoriais. A justificativa foi a da necessidade de esmagar o movimento de luta armada. O poder judiciário, por sua vez, recebeu o mesmo tratamento, e foi inteiramente submetido ao ditador. As Forças Armadas, na realidade, promoveram o golpe de Estado, tendo o presidente como seu fantoche. A fachada de um governo civil serviu para acobertar a real ditadura militar. O que se passou no Peru é mais uma particularidade dos golpes que povoaram a América Latina.

A ligação de Fujimori com o facínora Vladimiro Montesinos – ainda preso no mesmo processo de apuração dos crimes

A classe operária necessita de se independizar politicamente do Estado, dos partidos patronais e da burocracia. Isso significa adotar a estratégia revolucionária

da classe operária, a única que pode dar resposta à decomposição do capitalismo que descarrega toda sua barbárie sobre nós. A classe operária deve construir o partido operário revolucionário, que expresse esta estratégia política, lutando pelo poder da classe operária, para começar a construir o socialismo.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 334, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

da ditadura fujimorista – fez parte da conspiração golpista. Esse assecla utilizou o serviço secreto para corromper uma parte dos congressistas e, assim, conseguir a maioria parlamentar. Uma vez não conseguindo impor a diretriz de terrorismo de Estado, Fujimori dissolveu o Parlamento. Para ter um retrato mais completo da ditadura no Peru, é preciso agregar a política de esterilização de milhares de mulheres indígenas.

Nos anos de governo de Fujimori, foi aplicado um violento plano econômico, que ficou conhecido por “Fujishoc”. Uma de suas metas foi a de privatizar as empresas estatais, abrir a mineração ao capital estrangeiro e alterar as relações trabalhistas em favor da burguesia. Em síntese, a ditadura de Fujimori se caracterizou por sua orientação antinacional e antipopular.

O imperialismo, em particular os Estados Unidos, inicialmente procurou dar ideia de que não era favorável ao golpe de 1992. Logo se viu que se tratava de uma condenação de fachada. Fujimori cumpria um dos objetivos das potências que era o de esmagar o Sendero Luminoso e Movimento Revolucionário Tupac Amaru. Também cumpria a diretriz norte-americana do Consenso de Washington, conhecido como neoliberalismo.

O massacre na embaixada japonesa ocupada pelo MRTA e a prisão da liderança máxima do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, deram notoriedade ao governo fujimorista. Ganhou credibilidade perante os Estados Unidos. Por dez anos, o Peru arcou com um governo sanguinário e corrupto. Sua queda ocorreu nas condições de crise econômica e de descontentamento dos explorados.

O fracasso da guerrilha camponesa, no entanto, se deveu fundamentalmente ao fato de a classe operária peruana não estar organizada no terreno de independência de classe e contar com o partido marxista-leninista-trotskista. Sem a aliança operária e camponesa, não foi possível derrotar o golpe de 1992. De maneira que a queda do ditador não concluiu com o fim do fujimorismo.

Nas eleições presidenciais de 2016, Kuczynski venceu Keiko Fujimori por uma pequena margem de votos (50,12%, 49,87% respectivamente). O parlamento acabou ficando nas mãos do fujimorismo. A derrota de Keiko frustrou o objetivo de libertar o ex-ditador. O impeachment montado pela oposição, portanto, mostrou os pés de barro de Kuczynski. O acordo em torno do indulto refletiu a profunda decomposição da política capitalista peruana. Expôs a caricatura da democracia burguesa.

Essas experiências demonstram a dramática necessidade de se constituir o partido revolucionário. O proletariado organizado em seu partido criará as condições para organizar a maioria nacional oprimida contra a burguesia peruana decrépita e o imperialismo. A revolução social enterrará a caricatura de democracia burguesa e edificará a democracia proletária.

Publicamos o capítulo III da História do Partido Bolchevique, elaborada pelo POR argentino. Tivemos de dividi-lo devido ao espaço. No próximo Jornal Massas concluiremos esse capítulo.

## História do Partido Bolchevique

### Terceira parte: 1914-1917

# A bancarrota da II Internacional e preparação da III Internacional

A primeira Guerra Mundial, que estourou em fins de julho de 1914, provocou a maior crise no socialismo internacional. Todos os partidos socialdemocratas, com exceção dos bolcheviques, traíram o proletariado, colocando-se ao lado de “suas” burguesias na guerra. A mais significativa dessas traições foi a do Partido Operário Socialdemocrata da Alemanha e do seu líder, Karl Kautsky, que, pela sua história e desenvolvimento, era o dirigente incontestado da II Internacional. Suas frações parlamentares votaram a favor dos créditos de guerra, isto é, a favor da guerra. Chegaram inclusive a se comprometer a “não realizar greves” enquanto durasse a guerra.

Não podemos deixar de mencionar que, além dos bolcheviques, houve honrosas exceções na socialdemocracia internacional, particularmente no POSD alemão, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, que serão sempre lembrados como verdadeiros heróis do proletariado revolucionário por terem recusado a se alinhar com a “sua” burguesia contra as demais; por terem defendido o princípio de não assassinar os irmãos proletários de outros países, por defenderem o internacionalismo proletário e levantarem bem alto a bandeira de virar as armas contra a própria burguesia. Contra a direção do seu próprio partido, militaram clandestinamente em favor da oposição revolucionária à guerra. Em 1916, constituíram a Liga Espartaquista (Liebknecht assinava os panfletos com o pseudônimo de Espártaco), que seria a base da fundação do Partido Comunista Alemão, em 1919. Ambos foram assassinados, nesse mesmo ano, por aquele que havia sido seu próprio partido antes da guerra, a socialdemocracia, transformado em governo após a proclamação da República de Weimar.

As tendências que levariam à guerra mundial já haviam sido analisadas pela II internacional desde 1910, particularmente pelo Congresso de Basileia (Suíça), realizado em 1912. Naquela ocasião, as seções nacionais foram convocadas a realizar uma enérgica propaganda contra a guerra. A classe operária em escala mundial deveria lutar decididamente contra ela. No caso da guerra imperialista ser deflagrada, se recomendava aproveitar a crise econômica e política provocada para lutar pela revolução. A política a ser seguida era transformar a guerra imperialista em guerra civil, como já fora demonstrada pela experiência internacional. A guerra franco-prussiana de 1871 havia dado lugar à Comuna de Paris; e a guerra russo-japonesa precipitou a Revolução Russa de 1905.

Na Rússia, ao iniciar a guerra, o movimento revolucionário estava em ascensão. Milhões de trabalhadores participavam das greves políticas pela derrubada do czarismo. O desenvolvimento da guerra provocou enormes perdas ao Partido Bolchevique, destruindo sua imprensa legal, fechando sindicatos e um grande número de camaradas presos e deportados. A representação par-

lamentar bolchevique cumpriu devidamente seu papel revolucionário rejeitando os créditos de guerra e, rapidamente, em que pese a perseguição czarista, o conjunto da militância começou a agitação clandestina contra a guerra.

### O programa de defesa da autodeterminação das nações

O prelúdio da guerra intensificou os nacionalismos, atualizando o debate internacional pelo programa de defesa da autodeterminação das nações e a interpretação precisa que davam Lênin e o bolchevismo à mesma, isto é, o direito à separação e à constituição de um Estado próprio, reconhecimento que “*não descarta a agitação contra a separação por parte dos marxistas, desta ou de outra nação oprimida, do mesmo modo que reconhecer o direito à separação não descarta a agitação contra a separação, neste ou em outro caso*”.

No início de 1914, foi publicado o folheto de Lênin “Sobre o direito das nações à autodeterminação”, em que mostra que o 9º ponto do programa do partido era atacado pelos oportunistas, utilizando os argumentos elaborados por Rosa Luxemburgo no artigo de 1908-1909 “O problema nacional e a autonomia”. Lênin começava mostrando que a questão foi definida não só no programa do POSDR de 1903, mas também no Congresso Internacional de Londres de 1896.

Para Lênin, os movimentos nacionais têm sua base na luta do capitalismo contra o feudalismo, na medida em que “*a base econômica destes movimentos depende, para a generalização completa da produção mercantil, da burguesia conquistar o mercado interior, é necessário que territórios com população falando um único idioma adquiram coesão estatal, eliminando todos os obstáculos que se oponham ao desenvolvimento desse idioma e a sua consolidação na literatura*”.

Rosa Luxemburgo generalizava a situação da Polônia (onde o partido se opunha à sua independência) e substituiu o problema da autodeterminação política das nações na sociedade burguesa “pela sua autonomia e independência econômicas”. Lênin respondeu “que seria um equívoco entender por direito à autodeterminação tudo que não fosse o direito a uma existência separada”. Lênin sustentava que tinham razão os socialdemocratas poloneses quando se colocavam contra os entusiasmados nacionalistas da pequena burguesia polonesa; quando indicaram que o problema nacional tinha uma importância secundária para os operários poloneses; quando criaram pela primeira vez na Polônia um partido puramente proletário; quando proclamaram a enorme importância que tem o princípio da união mais estreita entre o operário polonês e o russo e sua luta de classes”.

Contudo, considerava que o ponto de vista da socialdemocracia polonesa não podia ser generalizado: “*Nós devemos colocar*

os problemas políticos do ponto de vista de toda a Rússia e não desde o 'da Cracóvia'". Neste sentido, adotava a mesma postura de Marx perante a Irlanda, que considerava que "a classe operária da Inglaterra não poderá emancipar-se enquanto a Irlanda não se libertar do jugo inglês. A escravização da Irlanda fortalece e alimenta a reação na Inglaterra".

## A bancarrota da Segunda Internacional

Em novembro de 1914, o Comitê Central do Partido Bolchevique publicou o Manifesto "A Guerra e a socialdemocracia na Rússia", no qual se posicionava firmemente pela construção de uma nova Internacional, assinalando que "há que reconhecer francamente a bancarrota da II Internacional e compreender suas causas, para poder criar um novo agrupamento socialista, mais firme, dos operários de todos os países". No Manifesto, se demonstrava que a bancarrota da Segunda Internacional era a bancarrota do oportunismo, que vinha preparando há tempo esta bancarrota "ao negar a revolução socialista e substituí-la pelo reformismo burguês, ao negar a luta de classes e sua inevitável transformação, em determinados momentos, em guerra civil, defendendo a colaboração entre as classes com a pregação do chauvinismo burguês, sob o nome de patriotismo e defesa da pátria, e ignorando ou negando a verdade fundamental do socialismo exposta já no Manifesto Comunista, segundo o qual os operários não têm pátria; ao limitar-se, na luta contra o militarismo, ao ponto de vista sentimental pequeno burguês, ao invés de reconhecer a necessidade da guerra revolucionária dos proletários de todos os países contra a burguesia de todos eles. Transformaram num fetiche o parlamentarismo e a legalidade burguesa, esquecendo dessa forma a obrigação das formas ilegais de organização e agitação em épocas de crise".

O Manifesto concluía indicando que não é possível cumprir as tarefas do socialismo "sem romper de modo decidido com o oportunismo", que "em todos os países avançados, a guerra coloca na ordem do dia a consigna da revolução socialista" e que "a transformação da atual guerra imperialista em guerra civil é a única consigna proletária justa".

Junto com o Manifesto do Comitê Central, publicou-se o artigo "Situação da Internacional Socialista", onde parece a primeira convocação à fundação da III internacional: "A II internacional morreu, vencida pelo oportunismo. Abaixo o oportunismo e viva a III internacional, depurada não apenas dos 'trânsfugas', mas também do oportunismo! A Segunda Internacional cumpriu sua missão realizando um trabalho preparatório de organização das massas proletárias durante a prolongada época 'pacífica' da mais cruel escravidão capitalista e do mais rápido progresso do capitalismo, no último período do século XIX e começo do século XX. A III Internacional tem diante de si a tarefa de organizar as forças do proletariado para desferir a ofensiva revolucionária contra os governos capitalistas, para travar a guerra civil contra a burguesia de todos os países pela conquista do poder político e pela vitória do socialismo!".

Em março de 1915, se realizou a Conferência das seções do POSDR no exterior, que aprovou um conjunto de resolu-

ções para implementar as orientações do Manifesto do Comitê Central. Destacamos especialmente o ponto "Sobre o caráter da Guerra", onde aparece pela primeira vez desenvolvida de modo cabal a concepção leninista sobre o imperialismo: "A guerra atual tem um caráter imperialista. Foi engendrada pelas condições da época em que o imperialismo alcançou a fase superior de desenvolvimento, em que não apenas a exportação de mercadorias é o mais essencial, mas também a exportação de capitais, em que a monopolização da produção e a internacionalização da vida econômica assumiram proporções consideráveis, em que a política colonial conduziu à partilha de quase todo o globo terrestre, em que as forças produtivas do capitalismo mundial ultrapassaram o estreito marco das fronteiras dos Estados nacionais, e em que as condições objetivas da realização do socialismo amadureceram por completo".

Por outro lado, a Conferência concluiu que a consigna dos "Estados Unidos da Europa" era equivocada, na medida em que "ou são impossíveis, ou reacionária... Sob o regime capitalista, os Estados Unidos da Europa equivaleriam a um acordo sobre a partilha das colônias. Mas sob o capitalismo a partilha não pode ter outra base, nem outro princípio senão a força.... Para medir a força real de um Estado capitalista, não há, nem pode haver outro meio senão a guerra.... Sob

o capitalismo é impossível um desenvolvimento uniforme das diferentes economias e dos diversos Estados. Os únicos meios possíveis, sob o regime capitalista, para restabelecer de quando em quando o equilíbrio alterado, são as crises na indústria e as guerras na política. Evidentemente, acordos temporais são possíveis entre os capitalistas e entre as potências. Neste sentido, os Estados Unidos da Europa são também possíveis, como acordos dos capitalistas europeus sobre a maneira de esmagar conjuntamente o socialismo na Europa e sobre como defender juntos suas colônias contra Japão e Estados Unidos, cujos interesses se encontram gravemente afetados pela atual partilha das colônias e que, no curso dos últimos 50 anos, se fortaleceu de um modo muito mais rápido que a Europa monárquica atrasada, que começou a apodrecer de velhice. Comparada com os Estados Unidos da América, a Europa de conjunto está economicamente estancada. Sobre a base eco-

nômica atual, isto é, sob o capitalismo, os Estados Unidos da Europa significariam a organização da reação com vistas a deter a evolução mais rápida dos Estados Unidos".

Em junho de 1915, se publicou o folheto do Lênin: "A bancarrota da II internacional", no qual respondia aos principais argumentos de Kautsky e de Plekanov, isto é, do socialchauvinismo. Rechaçou a ideia de "defesa da Pátria", como se, ao eclodir a guerra, se evaporassem todas as contradições e interesses de classe que conduzem à guerra e somente restasse o "direito" de se defender de quem atacou primeiro. Destruiu a falsa ilusão de que a vitória do meu país favoreceria o socialismo, porque significaria o maior desenvolvimento das forças produtivas, considerando que a vitória de qualquer um dos lados concluirá em maior opressão nacional e saque. Enfrentou Kautsky e seu "possível

**Em junho de 1915, se publicou o folheto do Lênin: "A bancarrota da II internacional" (...)**

**Rechaçou a ideia de "defesa da Pátria", como se, ao eclodir a guerra, se evaporassem todas as contradições e interesses de classe que conduzem à guerra e somente restasse o "direito" de se defender de quem atacou primeiro. Destruiu a falsa ilusão de que a vitória do meu país favoreceria o socialismo, porque significaria o maior desenvolvimento das forças produtivas, considerando que a vitória de qualquer um dos lados concluirá em maior opressão nacional e saque.**

ultra imperialismo”, isto é, que o capital financeiro poderia chegar a um acordo quanto à partilha do mundo sem utilizar a força para realizar tal partilha. Demonstrou que é absolutamente falso considerar que a guerra em curso não é “puramente imperialista” (e, portanto, reacionária), mas que incluiria elementos de “luta nacional”, que seria progressiva. A guerra é imperialista e todo elemento “nacional” está subordinado a esta caracterização.

Definiu o socialchauvinismo como *“a aceitação da ideia da defesa da pátria na guerra imperialista atual, a justificativa da aliança dos socialistas com a burguesia, e com os governos dos ‘seus’ respectivos países nesta guerra, a negação de defender e apoiar as ações revolucionárias do proletariado contra ‘sua própria burguesia’”*. Considerou ao mesmo tempo como a versão “madura” do oportunismo, que consiste em *“sacrificar os interesses vitais das massas em favor dos interesses momentâneos de uma insignificante minoria de operários, ou, em outros termos, aliança de uma parte dos operários e a burguesia contra a massa do proletariado”*.

A base material do oportunismo se encontra numa camada de operários “privilegiados”, que recebiam as migalhas dos benefícios do capital nacional que oprime a outras nações, e, portanto, *“defender e consolidar sua situação privilegiada de ‘camada superior’ da pequena burguesia e da aristocracia (e da burocracia) da classe operária: tal é o prolongamento natural, em tempos de guerra, das ilusões oportunistas pequeno-burguesas e da tática correspondente, tal é a base econômica do social imperialismo de nossos dias”*.

Quanto ao papel da legalidade, Lênin assinalava que, se a socialdemocracia tivesse uma política socialista em relação à guerra, suas organizações legais teriam sido dissolvidas pela polícia e que, na verdade o *“direito do proletariado à revolução foi vendido pelas organizações autorizadas pela lei policial vigente por um prato de lentilhas”*. Concluiu que o legalismo puro caducou, transformando-se na base da política operária burguesa. *“Há que completá-lo com a criação de uma base ilegal, de uma organização clandestina, dum trabalho socialdemocrata ilegal, sem abandonar ao mesmo tempo nenhuma posição legal”*.

Por último, aquela posição de 1912, que acreditava ser uma espécie de exceção russa o fato de não ser possível um POSDR unificado com sua ala oportunista, se revelava agora como uma regra geral da nova época: *“A velha teoria de que o oportunismo é um ‘aspecto legítimo’ dentro de um partido único e alheio a ‘extremismos’, se transformou hoje no maior engano da classe operária e no maior obstáculo para o movimento operário”*. A passagem para uma política revolucionária *“só pode se realizar passando por cima dos velhos líderes, estranguladores da energia revolucionária, passando por cima do velhpartido, destruindo-o”*.

O partido bolchevique está à frente deste novo tipo de partidos revolucionários na época imperialista. Lênin assinalou que, na Rússia, *“a separação completa dos elementos proletários socialdemocratas revolucionários dos elementos pequenos burgueses foi preparada por toda a história do movimento operário”*. Explicou que toda a luta interna do partido, primeiro contra o economicismo, depois contra o menchevismo e, finalmente, contra sua derivação em liquidacionismo, preparou a classe operária e seu partido para *“aplicar uma tática ‘internacionalista’, isto é, uma tática autêntica e sistematicamente revolucionária”*.

Lênin luta em defesa do derrotismo revolucionário, ou seja, pela derrota do próprio governo na guerra. Enfrentou aqueles que sustentavam que não era possível defender tal política, e propu-

nam substituí-la pela “nem derrota, nem vitória”. Analisou esta política como uma paráfrase da defesa da pátria, que, no fim das contas, é a forma em que a burguesia justifica o chauvinismo, afirmando *“que apenas combatem contra a derrota”*. A única política proletária é *“aquela em que o proletariado tira proveito das dificuldades do seu governo e de sua burguesia para derrotá-lo. ... O proletariado não pode desferir um golpe de classe ao seu governo nem estender a mão ao seu irmão, ao proletariado de um país ‘estrangeiro’ em guerra com ‘nós’, sem cometer um ‘delito de alta traição’, sem contribuir para a derrota nem ajudar a desagregação de ‘sua grande’ potência imperialista”*.

Em relação à questão da paz, Lênin assinalou que não existia em abstrato, que toda paz das nações imperialistas era uma paz com condições (isto é, condições de rapina e opressão a outros povos). Ao mesmo tempo, colocava que é possível a unidade de todos os socialistas dos distintos países sobre determinadas condições de paz: *“o reconhecimento do direito de todas as nações à autodeterminação e à renúncia a qualquer tipo de ‘anexações’, ou seja, a violação desse direito”*. Na medida em que existe a predisposição das massas favoráveis à paz, deve-se intervir para mostrar que a paz com que sonham as massas é impossível *“sem uma série de revoluções”*.

Em setembro de 1915, publicou se o folheto “O Socialismo e a guerra”, no qual se estabeleceram as bases fundacionais para a III Internacional. Além de sistematizar toda a linha política vista até aqui, desenvolveu com maior precisão a questão da defesa da autodeterminação das nações: *“Os socialistas não podem alcançar seu elevado objetivo sem lutar contra toda opressão das nações. Por isso, devem exigir absolutamente que os partidos socialdemocratas dos países opressores reconheçam e defendam o direito das nações oprimidas à autodeterminação, isto é, o direito à separação política. O socialista de uma grande potência ou de uma nação possuidora de colônias que não defende este direito é um chauvinista. A defesa deste direito, longe de fomentar a criação de pequenos Estados, conduz, pelo contrário, à formação mais livre, mais decidida e, portanto, mais ampla e universal de grandes Estados e de federações de Estados, que sejam mais vantajosas para as massas e respondam melhor ao desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, os socialistas das nações oprimidas devem lutar resolutamente pela unidade plena dos operários das nações oprimidas e das nações opressoras”*.

Por outro lado, colocou que a base revolucionária para a fundação da III Internacional era a separação dos oportunistas e chauvinistas, ruptura que já foi realizada na Rússia, no início de 1912. Para os bolcheviques, só existe a questão de *“saber se esta ruptura é realizável, num futuro imediato, em escala internacional”*, sua atenção se voltava especialmente para a Alemanha, considerando que era indispensável que, nos diversos países, existisse uma disposição de criar partidos marxistas independentes. Concluiu que o *“futuro imediato nos dirá se já amadureceram as condições para criar a nova Internacional marxista. Se amadureceu, nosso partido ingressará com alegria nessa III internacional, depurada do oportunismo e do chauvinismo. Se não amadureceu, isso quer dizer que essa depuração ainda exige uma evolução mais ou menos longa. Então, nosso partido se constituirá na oposição extrema no seio da antiga Internacional, até que se criem nos diferentes países as condições necessárias para fundar uma associação internacional operária, que se coloque no terreno do marxismo revolucionário. O que sabemos, com certeza, e estamos firmemente convencidos disso, é que nosso partido, em nosso país, no seio do nosso proletariado, trabalhará sem descanso nessa direção e, com toda a sua atividade cotidiana, criará a seção russa da Internacional marxista”*.

## Apontamentos sobre a história do bolchevismo

Temos dado muita importância ao II Congresso da socialdemocracia russa, realizado em 1903, em que concluiu com a divisão entre bolcheviques e mencheviques. É nesse Congresso que de fato se constitui o partido operário revolucionário, identificado com o bolchevismo. A constituição das duas frações no seio do Partido Operário Socialdemocrata Russo, fundado em 1898, se deveu à concepção de partido. No entanto, no fundo, se encontravam divergências programáticas.

As discussões entre Lênin e Plekanov em torno do programa somente na aparência foram resolvidas. Apesar das críticas duras ao projeto de programa de Plekanov, feitas por Lênin, as posições foram se ajustando e tudo indicava que o II Congresso concluiria sem divisão. De maneira que quando se estabeleceram duas posições diametralmente opostas quanto à concepção de partido, expressas na formulação dos estatutos, entre Lênin e Martov, o Congresso não as vinculou com as formulações programáticas. Posteriormente, se verificará que a concepção marxista do partido e o programa são indissociáveis. Plekanov, que sofreu duras restrições quanto ao projeto de programa, manteve-se ao lado de Lênin na questão do estatuto. Assim que terminou o Congresso, porém, uniu-se a Martov, que liderou a fração menchevique.

Estamos obrigados, para compreender de maneira mais acabada a cisão, a verificar a questão do programa. Por enquanto, procuramos esgotar a divergência sobre a concepção de partido. No jornal *Massas* 556, publicamos um comentário à resposta de Lênin às críticas de Rosa Luxemburgo. Destaca que não compreendeu o fato de a minoria (menchevique) não acatar a decisão do Congresso ao não admitir que cabia à maioria (bolchevique) ter maior representação na direção partidária. Agora, publicamos um dos pronunciamentos de Lênin, em que responde à incorreção de Leon Trotsky, que se alinhou a Martov sem responder concretamente o fundamental da divergência, que era se “o conceito de membro do partido” deveria ser mais restrito ou mais amplo.

Nessa linha de argumentação, Lênin reclama da incompreensão de Trotsky sobre as posições expressas no livro “Que Fazer?”. O que certamente se refletiu nos embates distorcendo a real posição de Lênin. Destacamos três ideias fundamentais da resposta de Lênin a Trotsky e demais opositores: 1) “(...) o partido deve ser somente o destacamento de vanguarda, o dirigente da imensa massa da

*classe operária (...); 2) “(...) não se pode esquecer que todo membro é responsável pelo partido e que o partido é responsável por cada um de seus membros”; 3) “O Comitê Central jamais disporá da força necessária para exercer um verdadeiro controle sobre todos aqueles que trabalham, mas que não façam parte de nenhuma organização. É nosso dever estabelecer um controle efetivo nas mãos do Comitê Central, proteger a solidez, coerência e pureza de nosso partido”.*

Em seu “Informe da Delegação Siberiana sobre o Segundo Congresso do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia”, escrito logo após à cisão, Trotsky insistiu em seu erro, não respondendo aos três aspectos acima assinalados. Procurou dar a ideia de que Lênin, em última instância, travou uma luta pessoal pelo controle da direção do partido. em sua crítica ao centralismo, defendido por Lênin, considerando-o puramente formal e burocrático, Trotsky aprofundou seu erro inicial de alinhar-se a Martov no ponto 1 do estatuto, que definia o caráter da militância. Ao romper a unidade do partido, juntando-se aos mencheviques que não acataram a decisão do Congresso, contribuiu para a confusão política que se instalou nas fileiras do partido. Na conclusão de seu Informe, Trotsky determinou que “A tarefa imediata da ‘minoría’ é formular de maneira exata e caracterizar no detalhe, suas concepções organizativas”. Tarefa essa que nunca foi realizada pelos mencheviques (minoría). Ao contrário, Lênin avançou imensamente a concepção marxista do partido.

Trotsky superará esse erro integrando-se em 1917 nas fileiras do bolchevismo. Essa atitude prática foi o reconhecimento de que Lênin estava com inteira razão no II Congresso. Era inevitável que Stalin e seus asseclas utilizassem desse erro para travar o combate às posições de Trotsky após a morte de Lênin. Em sua obra autobiográfica “Minha Vida”, no capítulo “O Congresso do Partido e a Cisão”, Trotsky reconhece que “Lênin aspirava a uma forma cerrada e a uma absoluta clareza nos assuntos do partido, enquanto que Martov, pelo contrário pendia ao confucionismo”. Essa diferença não foi observada por Trotsky no confronto das duas posições no Congresso.

A resposta de Lênin, que publicamos abaixo, tem o extraordinário valor não apenas por sua demonstração histórica, mas pela vigência dos argumentos que sustentaram a concepção leninista do partido revolucionário.

## Discursos e intervenções na discussão dos estatutos do partido

(15) de agosto de 1903, Lênin

1

Lênin pronuncia algumas palavras em defesa de sua proposição e insiste, particularmente, que servirá de estímulo: “organizem-se!” Não há que pensar que as organizações do partido devem estar integradas somente por revolucionários profissionais. Necessitamos as mais diversas organizações de todo tipo, de todos os graus e matizes, desde as mais restritas e conspirativas até as mais amplas e livres, organização livre. Um requisito necessário de toda organização de partido é que seja confirmada pelo Comitê Central.

2

Em primeiro lugar, quero fazer duas observações de caráter

ter pessoal. A primeira, a propósito da amável (não o digo com ironia) proposta de Axelrold de “chegar a um acordo”. De bom grado aceitaria essa oferta, pois não considero que nossas divergências sejam tão decisivas de maneira que delas dependa a vida ou a morte do partido. Não vamos afundar porque nos estatutos há um ponto mal formulado! Mas, como as coisas estão colocadas de tal modo que se trata de escolher entre duas fórmulas, não vejo que existam razões para renunciar ao meu firme convencimento de que a fórmula de Martov piora o projeto inicial, o qual, em certas e determinadas condições, pode causar não poucos danos ao partido. A segunda observação se refere ao camarada Brúker. É muito natural que, no desejo de aplicar em todas as partes o princípio eletivo, o camarada Brúker aceite minha formulação, a

## Formação

única que define com precisão o conceito de membro do partido. Por isso, não compreendo a satisfação que produziu no camarada Martov o fato de que o camarada Brúker se mostre de acordo comigo. É possível que, na prática, o camarada Martov tenha resolvido adotar pessoalmente, como norma, o contrário do que diga Brúker, sem verificar seus motivos e argumentos?

Para chegar ao fundo da questão, direi que o camarada Trotsky não compreendeu, em absoluto, a ideia fundamental do camarada Plekanov, razão pela qual contornou em sua consideração a essência do problema. Falou-nos de intelectuais e de operários, do ponto de vista de classe e do movimento de massas, mas não se referiu a um problema fundamental: o conceito de membro de partido restringe ou amplia nossa formulação? Se se perguntasse isso, daria conta com facilidade de que minha fórmula restringe esse conceito, enquanto que a de Martov o amplia, já que se distingue (segundo a expressão exata do próprio Martov) por sua “elasticidade”. E, em um período da vida do partido, como que nos toca viver, não há dúvida de que essa “elasticidade” abre as portas a todos os elementos de dispersão, vacilação e oportunismo. Para refutar uma conclusão tão simples e evidente como esta, teria de demonstrar que não existem tais elementos, e ao camarada Trotsky não ocorreu nem sequer tal coisa. Por outro lado, dificilmente poderia prová-lo, pois todo mundo sabe que esses elementos abundam, e que existem inclusive na própria classe operária. Nos momentos atuais, velar pela firmeza da linha e a pureza dos princípios do partido é algo tanto mais urgente quanto que o partido, ao restabelecer sua unidade, acolherá em suas fileiras muitos elementos instáveis, cujo número aumentará na medida em que o partido cresça. O camarada Trotsky demonstra ter compreendido mal a ideia central de meu livro “Que Fazer?”, quando diz que o partido não é uma organização conspirativa (essa é uma objeção que muitos outros já me fizeram). Esquece-se que, em meu livro, proponho toda uma série de diversos tipos de organização, desde as mais conspirativas e mais restritas até as relativamente mais amplas e “livres”. Esquece que o partido deve ser somente o destacamento de vanguarda, o dirigente da imensa massa da classe operária, que atua toda ela (ou quase toda) “sob o controle e a direção” das organizações do partido, mas que em seu conjunto não pertence nem pode pertencer ao “partido”. Basta fixar-se, portanto, em quais são as conclusões a que chega o camarada Trotsky, como consequência de seu erro básico. Aqui nos diz que, se fosse preso um destacamento depois de outro de operários, e todos os operários declarassem que não pertenciam ao nosso partido, isso seria algo muito estranho. Não será precisamente o contrário? O estranho não será o raciocínio do camarada Trotsky? Para ele, é deplorável o que alegraria qualquer revolucionário com certa experiência. Se milhares de operários que fossem presos por participar nas greves e manifestações provassem não serem membros das organizações do partido, isso somente demonstraria que nossas organizações são boas e que cumprimos com nossa missão. Realizar um trabalho conspirativo dentro de um círculo mais ou menos reduzido de dirigentes, e incorporar ao movimento uma massa mais ampla possível.

A raiz dos erros daqueles que apoiam a fórmula de Martov consiste em que não só ignoram um dos males primordiais de nossa vida de partido, mas também que até o santificam. Trata-se de que, em uma atmosfera de descontentamento político quase geral, quando as condições exigem que o trabalho seja feito em absoluto segredo, e quando a maior parte de nossas atividades deve concentrar-se em círculos rigorosamente secretos e, ainda que em encontros puramente pessoais, nos torna muito difícil,

para não dizer impossível, distinguir os charlatões daqueles que trabalham. E não acredito que haja outro país em que mescle essas duas categorias de pessoas seja tão comum e cause tamanha confusão e dano como na Rússia. Não só entre os intelectuais, mas também entre a classe operária, sofremos gravemente deste mal, e a fórmula do camarada Martov dá-lhe força de lei. Essa fórmula tem de inevitavelmente tornar todo mundo membro do partido; o próprio camarada Martov teve de assim reconhecer, ainda que com uma reserva: “se, se querem”, disse. Precisamente isso é o que não queremos! E porque não queremos, nos rebelamos com tanta energia contra a fórmula de Martov. É preferível que dez operários que trabalhem não se identifiquem como membro do partido (quem de fato trabalha não busca títulos!) do que um charlatão que goze do direito e da possibilidade de ostentar esse nome. Eis aqui um princípio que me parece inquestionável e que me obriga a lutar contra Martov. Objetaram-me que nós não outorgamos nenhum direito aos membros do partido, motivo pelo qual não pode haver abusos. Mas essa objeção é insustentável: se não indicamos que direitos especiais adquirem um membro do partido, tampouco dizemos que exista alguma restrição a esses direitos. Isto em primeiro lugar. E, em segundo, e o mais importante, independentemente dos direitos, não se pode esquecer que todo membro é responsável pelo partido e que o partido é responsável por cada um de seus membros. Nestas condições de atividade política em que devemos trabalhar, dado o estado rudimentar da atual organização política, seria claramente perigoso e nocivo conceder os direitos de membro do partido àqueles que não são membros de uma organização do partido, responsabilizar a este pelas pessoas que não integram uma organização (e que talvez não se filiem deliberadamente). Ao camarada Martov, espanta a ideia de que, ao não comparecer diante dos juízes, alguém que não fosse membro de uma organização partidária não tivesse o direito de declarar que é membro do partido, por mais que tivesse realizado sua tarefa com toda eficiência. A mim isso não assusta. O que causaria grave dano seria, pelo contrário, que pudesse chamar-se membro do partido, diante dos tribunais, uma pessoa de qualidade pouco recomendável e que não pertencesse a uma organização do partido. Seria impossível negar que tal pessoa trabalha sob a direção e o controle de uma organização, e seria impossível precisamente em virtude da mesma indefinição do termo. Nos fatos – e disso ninguém pode duvidar –, as palavras “sob o controle e a direção” significam que não haveria controle, nem direção. O Comitê Central jamais disporá da força necessária para exercer um verdadeiro controle sobre todos aqueles que trabalhem, mas não façam parte de nenhuma organização. É nosso dever estabelecer um controle efetivo nas mãos do Comitê Central, proteger a solidez, a coerência, a pureza de nosso partido. Devemos nos esforçar para elevar cada vez mais e mais o título de membro do partido e sua importância, e por tudo isso me oponho à fórmula proposta por Martov.

### 3

Lênin insiste em que se incluam algumas palavras sobre o apoio material, já que todos aceitam que o partido, para existir, necessita da contribuição de seus membros. Diante do problema de criar um partido político, é impossível basear-se em considerações morais.

*(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo VI, pág. 547, Akal Editor)*